ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL



Relatório de Atividades e Contas

2023

Submetido à apreciação do

Conselho Diretivo Nacional em 23 de fevereiro de 2024

e da Assembleia Representativa Nacional em 24 de fevereiro de 2024

Relatório de Atividades e Contas 2023

Índice

1. Mensagem do Bastonário 3
2. Caracterização da atividade desenvolvida 9
2.1. Atividade da Ordem 9
Conselho Diretivo Nacional 9
Conselho da Profissão / Colégios de Especialidade 36
Regulamento Geral de Proteção de Dados 37
Informação 38
Ensino Superior 40
Recursos e Documentação 40
Gabinete Jurídico 40
Seguro Profissional 42
Parcerias e protocolos 42
Relação com o Poder Político 46
Relações Internacionais 48
Secções Regionais 55
2.2. Atividade dos Engenheiros Técnicos 62
Inscrições na Ordem dos Engenheiros Técnicos 62
Passagem a membro efetivo 63
Distribuição de membros por especialidade 64
Distribuição de membros por região 64
Atividade dos Engenheiros Técnicos em 2023. 65
3. Contas do Conselho Diretivo Nacional 79
3.1. Rendimentos 79
3.2. Gastos 80
3.3. Comparação com o Orçamento (CDN) 81
3.4. Situação Económica e Financeira 82
3.5. Balanço a 31/12/2023 (CDN) 84
3.6. Demonstração de Resultados (CDN) 85
3.7. Certificação Legal de Contas (CDN) 86
4. Contas Consolidadas 89
4.1. Introdução 89
4.2. Resultados Nacionais consolidados 89
4.3. Demonstrações Financeiras 90
4.3.1. Balanço a 31/12/2023 (consolidado) 90
4.3.2. Demonstração de Resultados a 31/12/2023 (consolidada) 91
4.4. Comparação com o Orçamentado (consolidado) 92
4.5. Análise dos Resultados 93
4.6. Certificação Legal de Contas 94
4.7. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados 97

1. Mensagem do Bastonário



O ano de 2023 foi, tal como têm sido todos os anos da existência da Ordem dos Engenheiros Técnicos, um ano de muito trabalho, de muita dedicação a esta causa. De espírito aberto enfrentaremos todos os desafios e nada, nem ninguém, nos desviará de concretizar a defesa intransigente da profissão de Engenheiro Técnico.

A OET considera que 2023 foi mais um ano da afirmação e independência de quaisquer poderes, que ficou bem claro com a publicação dos novos estatutos que consagram a existência da Ordem, através da Lei 70/23, de 12 de dezembro, nomeadamente procurando implementar processos mais ágeis de resposta às exigências da causa pública, que abraçamos, sem descorar a necessidade de prestar aos nossos membros um serviço de qualidade, respondendo atempadamente a todas as questões que nos colocaram.

Fica claro que não conseguiram manipular os poderes públicos e por isso a existência da OET é o melhor garante das atividades dos Engenheiros Técnicos.

No ano de 2023 a engenharia portuguesa foi confrontada com uma dura realidade: uma quase nula escolha pelos candidatos dos cursos de engenharia civil e uma plena na procura dos cursos de arquitetura. Urge fazer uma reflexão séria e profunda sobre o que temos vindo a assistir em Portugal nos últimos anos.

Perante este cenário catastrófico para a Engenharia Civil, começa a perceber-se melhor a posição da Ordem dos Arquitectos sobre a iniciativa legislativa no âmbito da revisão da Lei n.º 31/2009, cujas propostas visam o alargamento da atividade dos arquitetos à engenharia, quiçá para fazer face à necessidade de trabalho para os milhares de arquitetos já formados e para aqueles que se encontram no seu percurso de formação em arquitetura, uma vez que o mercado da arquitetura já não consegue absorver uma grande parte destes profissionais.

É provável que estes dois aspetos estejam fortemente interligados e que a engenharia esteja a perder por inação.

A Ordem dos Arquitectos defende que os seus membros podem praticar um vasto conjunto de atos de engenharia, fundamentando a sua posição no facto de alguns cursos de arquitetura proporcionarem algumas competências básicas nas áreas de conhecimento de engenharia.

Para a OET, é evidente que um curso de arquitetura tem obrigatoriamente que proporcionar alguns conhecimentos dos materiais e seus comportamentos. Sem conhecimentos mínimos de resistência de materiais, a arquitetura seria apenas desenho e estética. Mas entre a posse de conhecimentos básicos do comportamento dos materiais e a posse de competências profissionais para praticar atos de engenharia vai uma enorme distância.

Alguns conhecimentos e algumas competências não conferem capacidade para a prática de atos de engenharia civil, que visam a qualidade, o bem-estar e a segurança de pessoas e bens.

Se esse critério fosse válido, então também a arquitetura podia ser feita por engenheiros técnicos e engenheiros, pois os cursos de engenharia têm noções de arquitetura.

E, de duas uma: ou se aceita o princípio de que a Arquitetura é para os Arquitetos e a Engenharia para os Engenheiros Técnicos e Engenheiros, ou se aceita o princípio mais vasto de que há alguma permeabilidade de fusão nestas áreas e todos podem fazer tudo.

Seria desejável que os arquitetos se concentrassem mais no exercício concreto da atividade de arquitetura, para a qual o Estado Português delegou poderes específicos de regulação na respetiva ordem profissional, e deixassem de querer fazer engenharia, contribuindo outrossim na sua área de especialidade (recusando fazer projetos, se necessário) para evitar uma maior degradação do edificado do País. E, ainda, para que não seja possível, com o seu beneplácito ou passividade, o aparecimento de mais aberrações arquitetónicas e urbanísticas para além das que já existem espalhadas pelo território nacional.

Mas se, por um lado discordamos da Ordem dos Arquitetos porque esta sua postura é grave, não podemos, contudo, deixar de registar que esta associação profissional parece estar a ganhar a batalha mediática de que um arquiteto pode fazer tudo, incluindo engenharia. E, como consequência desse raciocínio, parece ainda que a Ordem dos Arquitectos está a conseguir induzir nos decisores a ideia de que deixam de ser necessários os Engenheiros Técnicos e os Engenheiros já que, no entender da Ordem dos Arquitetos, os arquitetos podem fazer, para além da arquitetura, a direção de obra, a fiscalização e os projetos da especialidade de engenharia civil, etc.

Não concordamos em absoluto e não é possível aceitar tal raciocínio, ou qualquer outro que com ele se assemelhe.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que a Engenharia, representada pela Ordem dos Engenheiros e pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, tem descurado este assunto, ocupados que temos estado a discutir quem representa os atuais licenciados (1.º ciclo) em

Engenharia. O tempo passa e as "Ordens de Engenharia" vão perdendo a Engenharia para os Arquitetos e vão criando uma imagem (errada) de que não existe futuro para os Engenheiros Técnicos e para os Engenheiros, em Portugal. Não só essa imagem é distorcida, como já se vislumbra a recuperação de grande parte das áreas da engenharia, passado que foi o período mais difícil do ajustamento que o país tem vindo a viver.

Provavelmente a ideia de que um licenciado pós-Bolonha não pode praticar a maioria dos atos nos primeiros 10 anos de atividade, será a razão de tão poucos se candidatarem aos cursos de engenharia e preferirem a arquitetura.

Seria de todo conveniente que fossem clarificadas as posições de cada Ordem Profissional, e que a Ordem dos Engenheiros acompanhasse a Ordem dos Engenheiros Técnicos na batalha que por esta tem vindo a ser desenvolvida pela dignificação da Engenharia, ao invés de nos combater com todos os seus recursos.

A Engenharia sempre foi um dos pilares do desenvolvimento da sociedade e, como tal, é cada vez mais, fundamental que acompanhe a sua evolução. Com o avanço da tecnologia, principalmente a que está associada a áreas de Automated Machine Learning, Robotic Process Automation ou Generative AI, e o surgimento de novas necessidades e desafios, é fundamental criar os mecanismos quer permitam ajustar a regulação da profissão à realidade (que muda todos os dias).

Nesse sentido, a agilização da possibilidade de criação de novas especialidades em Engenharia é crucial para atender às necessidades específicas de cada setor e proporcionar soluções inovadoras para os problemas enfrentados pela sociedade. Cientes dessa realidade, as instituições de ensino superior procuram igualmente responder com novos cursos, mais adequados a esta nova realidade, pelo que importa adequar os Colégios de Especialidade a esta nova oferta formativa. A criação de novas especialidades em Engenharia também é importante para acompanhar a evolução das tecnologias e dos processos produtivos, contribuindo para a resolução de problemas técnicos, sociais e ambientais.

A OET sempre considerou, e defendeu, que o tempo de exercício e experiência profissional é contado a partir da conclusão de um curso, sendo que a formação de base (bacharelato e licenciatura pós-Bolonha), é a formação que permite a execução de obras de edifícios da Categoria I e II.

Em função dos anos de experiência profissional e os títulos de especialista e sénior, conjugados com formações complementares, sejam novos graus académicos ou não, os Engenheiros Técnicos terão acesso sucessivo a obras de Classes III e IV previstas na Portaria 255/2023 conjugado com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho.

Desde logo porque isso era o que faria sentido em Portugal. Se a divisão em duas ordens foi no passado uma ação imperiosa, validada pelo governo em 1999 com a criação da ANET, em 2011

com a redenominação para OET e em 2015 com a alteração dos estatutos que nos permitiu acolher os Licenciados Pré-Bolonha e os Mestres, a verdade é que, desde 2011, a OE tem vindo a alterar as suas posições, abandonando progressivamente os seus dogmas, e a aproximar-se das posições de que defendemos. A ponto de, neste momento, e a menos de alguns resquícios do passado, tem sido possível alinhar posições entre a OET e a OE (podia dar vários exemplos).

A divisão que existiu entre a OET e a OE originou a invasão da engenharia por outras profissões, que podem hoje praticar legalmente atos de engenharia que deviam estar reservados a Engenheiros Técnicos ou Engenheiros. Como referimos no passado, enquanto estivemos entretidos em "guerras de alecrim e manjerona", que nunca serão ganhas por nenhuma das partes, outros aproveitam essa oportunidade para nos invadirem. E com isso, são prejudicados os Engenheiros Técnicos e os Engenheiros. E perdemos todos.

Defender com sentido de responsabilidade pública a profissão de Engenheiro Técnico será, como foi no passado, o nosso objetivo maior, mesmo quando as condições do mundo global em que vivemos são adversas. Mesmo que alguns nos tentem excluir dos fóruns de engenharia de África e América Latina e do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) em Portugal (que aprovou por deliberação tomada da sua Assembleia Geral o pedido de adesão da OET).

Na senda do que tem sido a nossa relação proactiva com as escolas, recorrendo a toda a estrutura de delegados distritais e de ilhas, promoveremos um contacto de proximidade com as instituições que nos formam, com os seus docentes e discentes, procurando encontrar os caminhos que permitam formar mais e melhores Engenheiros Técnicos e desenvolver atividades que promovam a atualização de conhecimentos e a aquisição de novas competências pelos nossos membros.

O Relatório de Atividades e Contas que agora se apresenta, reflete o grau de determinação da OET na afirmação da sua implantação, tanto em Portugal como nos países estrangeiros, sobretudo nos de expressão oficial portuguesa.

O Relatório de Atividades e Contas é o reflexo do modelo de gestão que temos vindo a honrar desde sempre, não obstante o esforço de otimização de despesas e gestão criteriosa dos recursos disponíveis, que são unicamente suportados pelas quotas pagas pelos membros da OET, pois não temos patrocínios de empresas públicas ou privadas e dai a nossa absoluta independência. Os membros, que apesar de todas as dificuldades sentidas nos últimos anos, principalmente em manter uma atividade plena, respeitaram os seus compromissos. E continuaremos a fazer tudo isto, apesar de termos vindo a reduzir os custos do exercício profissional com a gratuitidade das declarações e a deliberação de continuar a manter inalterado a percentagem do valor da quota mensal desde 2016.

Isso não significa, todavia, que reduzamos a determinação com que defendemos a engenharia em Portugal, e aquela que é desenvolvida pelos Engenheiros Técnicos, em particular.

A persistência e determinação com que defendemos as nossas posições são muito mais poderosas do que as forças que nos tentam bloquear, de resto sem grande sucesso como é público e notório.

A nossa relação com as Instituições de Ensino Superior, sejam elas quais forem, foi incrementada através da nossa estrutura de delegados distritais e de ilhas e concelhios, sustentando uma relação de cada vez mais proximidade com as instituições, com os seus docentes e discentes, procurando encontrar os caminhos que permitam formar mais e melhores Engenheiros Técnicos e desenvolver atividades que promovam a atualização de conhecimentos e a aquisição de novas competências pelos nossos membros.

A ação da Ordem dos Engenheiros Técnicos ao longo destes 25 anos de existência, criada em 2 de setembro de 1999, pelo Decreto-Lei n.º 349/99, tem-se pautado por uma clara demarcação face às "ordens" tradicionais. Foram anos de notáveis progressos e de sucessivos ganhos legislativos que consolidaram em definitivo o reconhecimento inicial pelo legislador do Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, da particular importância económica e social que reveste a profissão de Engenheiro Técnico e que tornou a nossa Ordem como uma ordem incontornável no panorama português. Procuramos defender a engenharia portuguesa, não numa perspetiva corporativa, mas numa ótica de regulação da atividade, colocando o interesse nacional à frente dos interesses individuais ou de grupos.

Durante o ano de 2023 continuou a ter desenvolvimento o processo de revisão dos regulamentos e outra legislação, não tendo cessado os ataques à Ordem dos Engenheiros Técnicos e aos Engenheiros Técnicos, tentativa de limitar a nossa atividade por via administrativa, bem como a tentativa de menorização da classe, que se torna evidente com a contestação a 76 concursos, em que os Engenheiros Técnicos eram preteridos, tendo a OET obtido provimento em 12 e indeferimento em 7.

Não podemos esquecer que, para além das dificuldades sentidas nos últimos anos, temos ainda um grande número de membros que tem tido dificuldade em ter uma atividade plena, o que impede que todos tenham os seus compromissos em dia perante a OET.

Os resultados que este Relatório espelha não teriam sido possíveis sem o esforço de todos, destacando os nossos colaboradores e os membros dirigentes, e os Engenheiros Técnicos que, não obstante todas as dificuldades, mantiveram em dia as suas quotas.

Como nota negativa, refiro uma doença de padecem a maioria das associações profissionais de direito público (Ordens Profissionais): o corporativismo, a defesa dos interesses instalados, procurando colocar escolhos e entraves ao acesso à vida profissional para as novas gerações de diplomados. Essa não é, nunca o foi, a postura da OET. É possível garantir a qualidade no exercício da profissão, sem bloquear o acesso aos mais novos.

Por toda a Europa existem muitos exemplos de associações representativas de engenheiros de ciclo curto e de outras representativas de engenheiros de ciclo longo (Espanha, Itália, Bélgica, etc.). A própria EE (antigamente designada por FEANI) aceita as duas formações. Esta situação é perfeitamente normal e, se cada um assumir o papel que lhe foi atribuído pelo estado de uma forma completa e empenhada, permite propiciar uma concorrência salutar entre as diferentes profissões nos atos que são comuns, reservando os outros atos para os profissionais que melhor estejam capacitados para os realizar, sendo que Portugal é o único que as duas Ordens representam uns e outros, o que é bom.

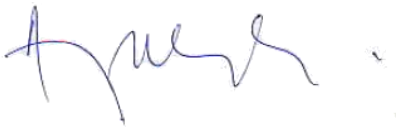
Esta é a hora de dizer que estamos, disponíveis para, de uma forma concertada, participar na Regulação efetiva da Engenharia em Portugal, facto pelo qual temos vindo, com a nossa atuação, a pugnar e que esperamos ser possível desenvolver de uma forma mais alargada e em concertação com todos os congéneres.

A OET é fruto da força das convicções e, podemos dizê-lo sem constrangimentos, que os Engenheiros Técnicos são a Excelência da Engenharia Portuguesa.

Concluo dizendo que é um orgulho ser Bastonário desta classe, que, como já tive ocasião de referir inúmeras vezes e volto a fazê-lo, tem um sentimento de "pertença" muito significativo, em que cada um dos membros decide ser Engenheiro Técnico por opção.

E este número está a crescer, o que me faz aguardar ansiosamente pelos próximos anos…

Lisboa, 23 de fevereiro de 2024



Augusto Ferreira Guedes

Bastonário

2. Caracterização da atividade desenvolvida

2.1. Atividade da Ordem

Conselho Diretivo Nacional

O Conselho Diretivo Nacional esteve reunido 8 vezes no ano de 2023, em formato misto, nos dias 21 de janeiro, 11 de março, 14 de abril, 17 de junho, 15 de julho, 23 de setembro, 10 de novembro e 16 de dezembro.

A Assembleia Representativa Nacional esteve reunida 3 vezes no ano de 2023, nos dias 15 de abril, 11 de novembro e 16 de dezembro, realizadas igualmente em formato misto.

O Bastonário reuniu-se com diversas entidades e participou em eventos diversos, dos quais se destacam:

- ✓ Duas audiências com o Presidente da República, a convite do CNOP, sobre a alteração aos estatutos das Ordens Profissionais
- ✓ Várias audições com a Ministra da Habitação e com a Secretária de Estado da Habitação (sobre propostas apresentadas pela OET para a Habitação)
- ✓ Várias audições com a Ministra da Habitação e com a Secretária de Estado da Habitação (sobre alteração ao estatuto da OET)
- ✓ Audição sobre propostas de lei para a Habitação, na 6ª Comissão – CEOPPH
- ✓ Audição no Grupo de Trabalho Prevenção e Proteção Sísmica, na 13ª Comissão – CAPOTPL
- ✓ Várias audições com o Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais, sobre a alteração aos estatutos da OET
- ✓ Participação na elaboração da Estratégia Municipal da Transparência e Prevenção da Corrupção, da Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ Reuniões do Conselho Consultivo do IMPIC
- ✓ Reunião do Conselho Plenário do CSOP
- ✓ Reuniões do Conselho Nacional de Habitação
- ✓ Reuniões sobre o PEPU: documento de visão e mind map
- ✓ 4.º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa – Interconectividades: Engenharia, Inovação e Sustentabilidade
- ✓ Cerimónia Solene Comemorativa do 113º Aniversário da Implantação da República, na Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ Tomada de posse dos órgãos dirigentes da Ordem dos Advogados

O Conselho Diretivo Nacional publicou:

- ✓ Deliberação n.º 1196/2023 – Tabela de Emolumentos, Quotas e Taxas da OET
- ✓ Regulamento n.º 1296/2023 – Consulta Pública do Regulamento de Admissão e Registo

- ✓ Regulamento n.º 1286/2023 – Consulta Pública do Regulamento de Especialidades e Competências Profissionais

Foram emitidos pelo gabinete do Bastonário 14 comunicados, incluindo a mensagem do Dia do Engenheiro Técnico e de Boas Festas.

A OET foi convidada 3 vezes ao longo do ano de 2023 para nomear peritos para peritagens diversas.

A OET esteve representada em 163 eventos ao longo do ano de 2023.

A OET integrou a delegação do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) recebida pelo Presidente da República, no dia 7 de fevereiro e no dia 30 de novembro, no âmbito da alteração dos estatutos das Ordens Profissionais.





A OET participou na **Apresentação Pública do Novo SICC – Sistema de Informação de Custos de Construção**, uma iniciativa da Confidencial Imobiliário, com a colaboração científica do Instituto da Construção. Na Sessão de Abertura esteve presente o Bastonário da OET, Augusto Ferreira Guedes, que fez uma breve intervenção. Este sistema resume-se numa base de dados de custos de construção que tem por base os orçamentos elaborados para efeitos de financiamento à promoção imobiliária.

Na cerimónia foi apresentada a Comissão de Acompanhamento Metodológico do SICC e celebrado o protocolo que foi assinado por:

- ✓ Professor Doutor Eng.º Vasco Peixoto de Freitas
- ✓ Professor Doutor Eng.º Raimundo Mendes da Silva
- ✓ Professor Doutor Eng.º Manuel Duarte Pinheiro
- ✓ Ordem dos Engenheiros Técnicos, representada pelo Eng.º Técnico José Manuel Sousa
- ✓ Ordem dos Engenheiros, representada pelo Eng.º Bento Aires
- ✓ Ordem dos Arquitectos, representada pela Arq.ª Paula Santos
- ✓ AICCOPN, representada pela Dra. Sónia Oliveira
- ✓ APPII, representada pelo Dr. Diogo Pinto Gonçalves
- ✓ ADENE



Para marcar o arranque do **SILUC - Sistema de Informação da Legislação de Urbanismo e Construção** (uma plataforma eletrónica oficial, de âmbito nacional, que disponibiliza informação sobre a legislação de urbanismo e construção), o LNEC organizou no dia 10 de fevereiro uma conferência com o tema **"Um pacto para a Construção"**, onde foram debatidos

os desafios mais prementes do sector da construção, especialmente relacionados com a codificação da regulamentação técnica da construção ou o processo de licenciamento das obras.

UM PACTO PARA A CONSTRUÇÃO

Encontro e debate de desafios e caminhos

Lisboa, Centro de Congressos do LNEC, 10 de fevereiro de 2023

O encontro, com o patrocínio da Ministra da Habitação, da Direção-Geral do Território e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, contou com a intervenção do Bastonário da OET, Augusto Ferreira Guedes, no painel sobre o Processo e Contributos: Como deverá ser o código técnico de construção? Como organizar o seu processo de elaboração? Qual o contributo de cada entidade para esse processo?



A OET foi uma das entidades que subscreveu o SILUC.



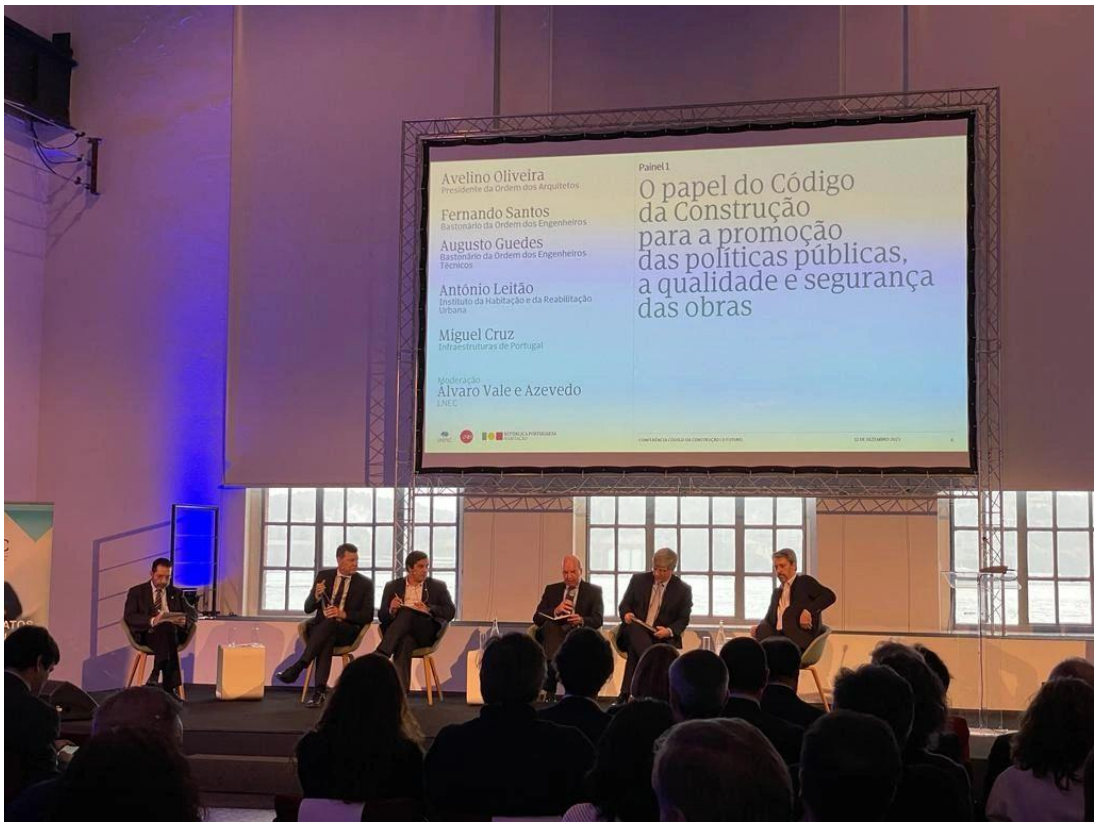
A OET patrocinou e participou no **12º Fórum Estratégico da PTPC**, subordinado ao tema: **"PRR e PORTUGAL 2030 – Uma década de Megaprojetos – do desafio à concretização, com sustentabilidade"**, que decorreu no LNEC, em Lisboa.



O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção I.P. (IMPIC, I.P.), em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P., e com o apoio do Ministério da Habitação, organizou a **Conferência dedicada ao Código da Construção**. Face à importância do setor da

construção para a sociedade, e aos constrangimentos socioeconómicos e ambientais associados ao seu quadro regulatório, inadaptado aos atuais tempos, encontra-se prevista a codificação das normas da construção, para diminuir a extensão, dispersão e complexidade do quadro regulamentar.

O Bastonário, Augusto Ferreira Guedes, participou no Painel **"O papel do Código da Construção para a promoção das políticas públicas, a qualidade e segurança das obras"** que decorreu na apresentação do Código da Construção, moderado pelo LNEC e com as intervenções de Avelino Oliveira, Presidente da Ordem dos Arquitectos, Fernando de Almeida Santos, Bastonário da Ordem dos Engenheiros, António Leitão do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Miguel Cruz, Infraestruturas de Portugal.



A cerimónia da entrega da primeira edição (2022/23) dos **Prémios "Hélder Pita" e "António Gameiro"**, realizou-se a 9 de novembro no auditório do Instituto Politécnico de Lisboa e contou com uma audiência de cerca de uma centena de membros da OET e representantes institucionais, além dos premiados e orientadores:

1.ª classificada do prémio "Hélder Pita": Carolina Teixeira de Sousa Gouveia, com o trabalho "Bio-Radar: Contactless acquisition system for vital signs" orientada pelo professor José Manuel Neto Vieira.



2.º classificado do prémio "Hélder Pita": Fábio Miguel Ricardo da Silva, com o trabalho "Electrical Impedance Tomography Acquisition System" orientado pelo professor Pedro Renato Tavares Pinho.



3.º classificado do prémio "Hélder Pita": Carlos Eduardo Governo Rodrigues, com o trabalho "Sistema de encaminhamento resiliente para serviços críticos sobre redes públicas móveis" orientado pelo professor Nuno Miguel Machado Cruz.



1.º classificado do prémio "António Gameiro": Engenheiro Nuno Miguel Machado Cruz.

2.º Classificado do prémio "António Gameiro": Engenheiro Técnico Nuno Miguel Correia de Oliveira Fonseca Ribeiro.



Estes prémios atribuem dos mais elevados valores pecuniários aos vencedores, neste setor, em virtude do grau de excelência e inovação da solução e/ou da complexidade do estudo. Nos seus discursos foram relembrados Hélder Pita antigo docente do ISEL e António Gameiro, pelo papel que tiveram como embaixadores dos Engenheiros Técnicos, bem como pelo seu caráter

inconfundível. Estes prémios simbolizam assim o reconhecimento, a título póstumo, da OET a estes membros da Ordem.

Salientando, uma vez mais, a enorme qualidade técnica e científica dos trabalhos submetidos a concurso, a OET congratula-se com mais esta ação, que contribuiu de forma decisiva para a elevação e a promoção da engenharia em Portugal e no Mundo.



O júri do prémio Hélder Pita integrou o Engenheiro José Vieira (Presidente da WFEO) e o Prof. Doutor José Tribolet (INESCTEC), a quem a OET publicamente agradece a sua colaboração graciosa.

A **Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa** celebrou 10 anos, com o apoio institucional da Câmara Municipal de Lisboa. Esta iniciativa promovida pela Vida Imobiliária, contou o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como da ADENE, ALP, APEGAC, APEMIP, APPII, CPCI, IHRU, IMPIC, Ordem dos Engenheiros Técnicos, Ordem dos Engenheiros e Ordem dos Arquitectos, GECoRPA - Grémio do Património, CLUSTER HABITAT SUSTENTÁVEL, ANAI, ACAI, AHP e APFIPP entre outros. O evento contou com mais de 60 entidades e parceiros durante 3 dias de debate e partilha, com 2 palcos, mais de 20 sessões de debate e 120 oradores.

Sob o mote “Reabilitação, construção e sustentabilidade”, a SRU Lisboa 2023 dedicou uma atenção especial à “Lisboa dos Bairros”, que procura na “cidade dos 15 minutos” a qualidade de vida e a dinâmica que faz de Lisboa uma cidade vibrante e atrativa.



Na Sessão de Abertura esteve presente o Bastonário, Augusto Ferreira Guedes, que fez uma breve intervenção.



A OET foi, uma vez mais, parceira da Semana da Reabilitação Urbana em Lisboa e este ano coorganizou com o apoio da ADENE e da Schneider Electric Portugal, a conferência sobre o tema "Energia nos bairros de Lisboa – as comunidades energéticas".





Na **Semana da Reabilitação Urbana no Porto**, a OET promoveu a conferência sobre a "Mobilidade Elétrica - O impacto na reabilitação das cidades", visando a sustentabilidade e descarbonização. Investir na mobilidade elétrica surge como uma potencial alavanca para a descarbonização dos edifícios. Qual o impacto deste novo paradigma nas nossas cidades? Como estão as cidades a preparar-se para ser palco desta transição "verde"? E como podemos

acelerar a descarbonização da mobilidade e dos edifícios? Estas foram algumas das questões que marcaram a sessão, moderada pelo Vice-Presidente, José Manuel Sousa.

A conferência contou com as intervenções de Luís Castanheira, Administrador-Delegado da Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, José Sá Carneiro, Head of Service da Schmitt + Sohn Elevadores, Filipa Aires Abreu, Head of E-mobility solutions da EDP Comercial e Liliana Soares, Head of ESG & Sustainability da CBRE.





Uma vez mais, a Ordem dos Engenheiros Técnicos deu o seu apoio institucional ao **Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2023**.

O Prémio Nacional de Reabilitação Urbana é uma iniciativa da Vida Imobiliária e da Promevi, que visa distinguir as intervenções urbanas de maior valia para a sociedade nas suas múltiplas valências. O contributo para a qualificação das cidades e o seu impacto na comunidade, o sucesso medido pela aceitação pelo mercado, o impacto e valor social, a capacidade de induzir a mudança no tecido urbano. As diferentes valências de uma iniciativa imobiliária de sucesso estarão em análise para premiar a excelência.

Esta edição teve a concurso 67 projetos, oriundos de 21 concelhos, incluindo ilhas (Madeira), e decorreu no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.



A OET participou igualmente na **Cerimónia da entrega do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2023 – PNRU 2023.**

A OET foi a anfitriã de uma **reunião da Comissão Técnica para a simplificação de processos urbanísticos**, tendo o Bastonário, Augusto Ferreira Guedes, dado as boas-vindas aos participantes da reunião realizada na Sede Nacional em Lisboa.

A Comissão Técnica foi constituída a 13 de dezembro de 2022, por iniciativa da Ordem dos Arquitectos subscrita pela Ordem dos Engenheiros (OE), pela Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), pela Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), pela Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC), pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC), pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP), pela Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS), pela Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) e pela Associação Portuguesa de promotores e Investidores Imobiliários (APPII).

Estas entidades estão a trabalhar no sentido de elaborar uma proposta concreta de simplificação e uniformização dos procedimentos de instrução e submissão de processos administrativos no âmbito de operações urbanísticas.

Esta reunião contou com uma apresentação do Prof.º João Tiago Silveira (FDUL), sobre as alterações propostas ao quadro legislativo dos processos urbanísticos.



Foram promovidas **2 sessões de apresentação do projeto da Linha de Alta Velocidade**, uma em Lisboa e outra no Porto, destacando a sua importância para Portugal. A Alta Velocidade, as novas tecnologias, a era digital, a nova era dos comboios de superfície, um serviço, um investimento, que Portugal anseia e necessita, um desígnio que urge decidir e implantar. Este projeto que permitirá unir o país e será a alavanca de ligação com o mundo, com a europa, com a zona atlântica, uma projeção universal, de proximidade e redução de tempos, uma dimensão sem fronteiras, cuja implantação e concretização, permitirão novas oportunidades, mais riqueza e mais justiça social. Não existirá uma real evolução ferroviária em Portugal, sem uma linha de Alta Velocidade Porto – Lisboa.



As sessões foram moderadas pelo Presidente do Conselho da Profissão, Nuno Cota e contaram com a apresentação do projeto pelo Vice-Presidente da IP, Carlos Fernandes.

No Porto, a Secção Regional Norte em parceria com a AICCOPN e com a colaboração da Infraestruturas de Portugal, organizou a sessão de apresentação do projeto da linha de alta velocidade Porto-Lisboa, que decorreu no dia 18 de julho no auditório da AICCOPN. A abertura

da Sessão contou com as intervenções do Vice-Presidente, José Manuel Sousa e do Presidente da Secção Regional Norte, Augusto Sequeira Correia e do Presidente da AICCOPN, Manuel Reis Campos.



Realizou-se no dia 19 de maio o **Seminário Engenharia – Desafios e Competências**, que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Hugo Pereira, na Sessão de Abertura.

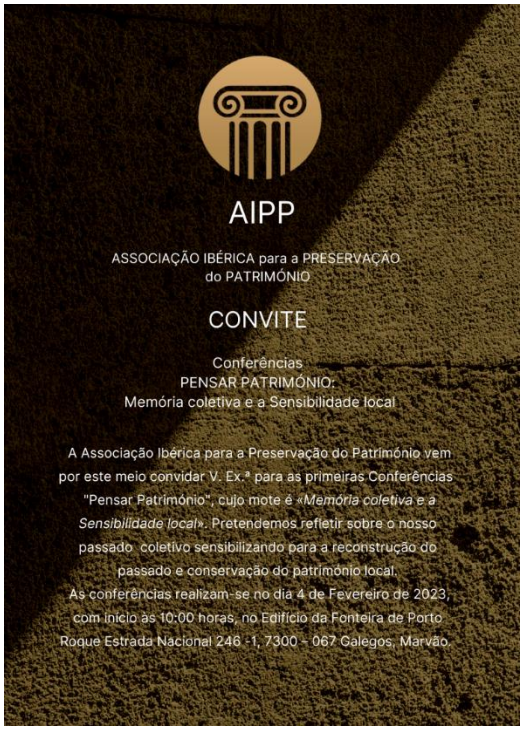




A OET participou no segundo dia das **Jornadas de Engenharia Civil** promovidas pelo IACES, onde algumas empresas e engenheiros técnicos e engenheiros transmitiram o seu conhecimento e experiência aos estudantes através de palestras, "Instituto da Construção: Missão, estrutura e exemplos de atividade", "A importância da Engenharia Civil (estruturas) na descarbonização do planeta" e "Incorporating New Technologies in Natural Hazards Impact Assessment" e o debate acerca de "A contribuição da Engenharia Civil na implementação do Plano Nacional Energia e Clima 2023". A OET foi representada pelo Vice-Presidente, José Manuel Sousa.



A OET esteve representada pelo membro da CT 145 - Gestão Florestal sustentável, Luís Silva na **I Conferência Pensar Património** promovida pela Associação Ibérica para a Preservação do Património (AIPP), cujo mote foi «Memória coletiva e a Sensibilidade local». Pretendeu-se refletir sobre o nosso passado coletivo sensibilizando para a reconstrução do passado e conservação do património local.



A AICCOPN realizou, em parceria com o IMPIC, a Conferência: **PRR – Habitação e Contratação Pública**.

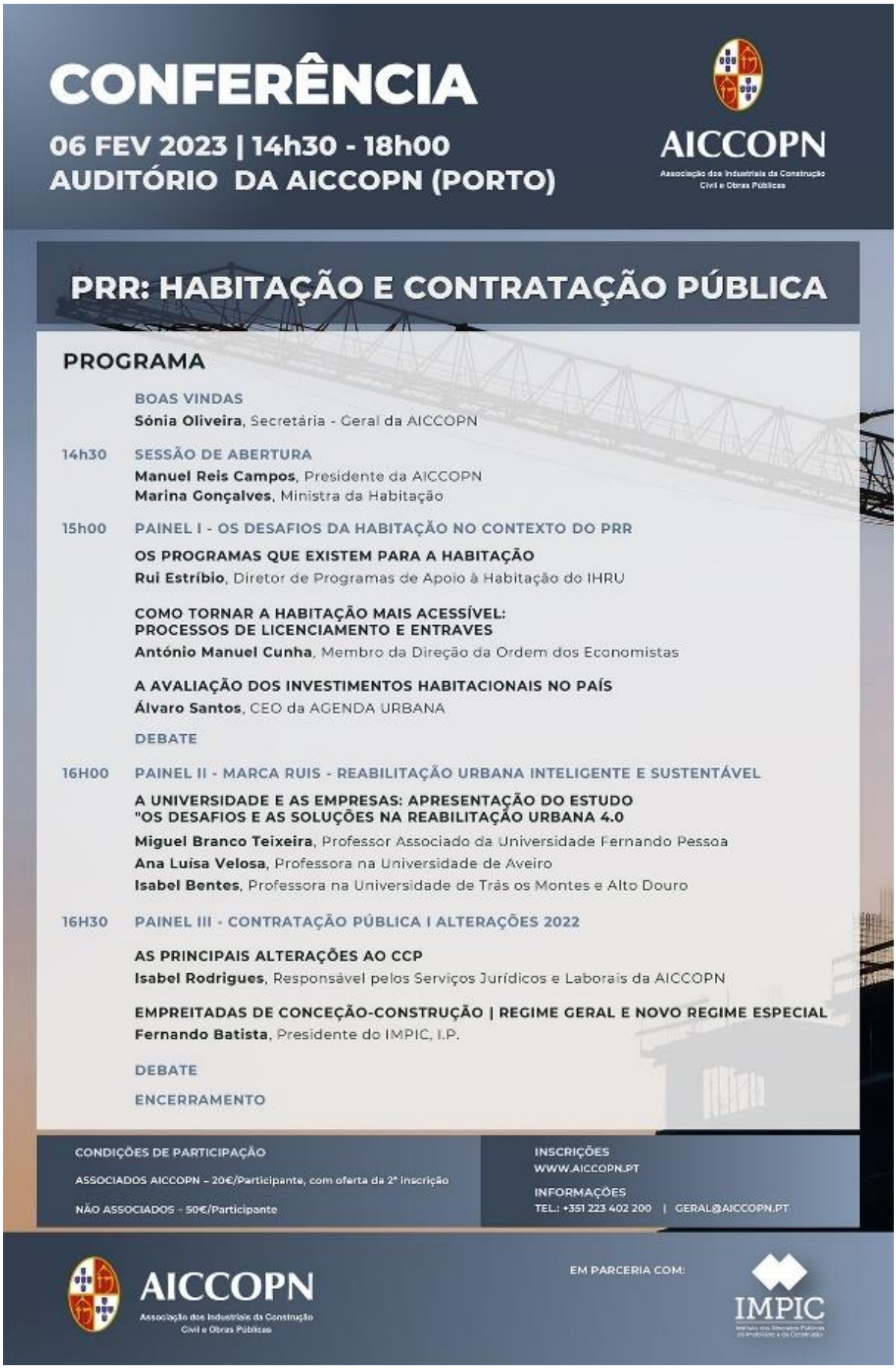
O evento trouxe a debate os Desafios da Habitação no contexto de concretização do PRR, com a abordagem aos respetivos programas disponíveis, aos processos de licenciamento e respetivos entraves e à avaliação dos investimentos no País ao nível da habitação. Esta conferência contou com a presença da Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, do Presidente do IMPIC, Fernando Batista, entre outros oradores de referência e reuniu uma plateia de cerca de 400 participantes, composta por empresas do setor da construção e do imobiliário, representantes das autarquias, entidades da administração pública central, ordens profissionais, sindicatos, universidades e outros.

Em foco nesta Conferência estiveram as recentes alterações à Contratação Pública, sendo analisadas as principais novidades neste âmbito, designadamente o Regime das Empreitadas de Conceção-Construção.

Foi apresentado também o **Estudo "Os Desafios e as Soluções na Reabilitação Urbana 4.0"**, trabalho realizado no âmbito da Marca da AICCOPN: R.U.-I.S. – Reabilitação Urbana Inteligente e Sustentável.

A OET esteve representada nesta conferência pelo Vice-Presidente, José Manuel Sousa.




CONFERÊNCIA
06 FEV 2023 | 14h30 - 18h00
AUDITÓRIO DA AICCOPN (PORTO)
AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas
PRR: HABITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA
PROGRAMA
BOAS VINDAS
Sónia Oliveira, Secretária - Geral da AICCOPN
14h30 SESSÃO DE ABERTURA
Manuel Reis Campos, Presidente da AICCOPN
Marina Gonçalves, Ministra da Habitação
15h00 PAINEL I - OS DESAFIOS DA HABITAÇÃO NO CONTEXTO DO PRR
OS PROGRAMAS QUE EXISTEM PARA A HABITAÇÃO
Rui Estríbio, Diretor de Programas de Apoio à Habitação do IHRU
COMO TORNAR A HABITAÇÃO MAIS ACESSÍVEL:
PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E ENTRAVES
António Manuel Cunha, Membro da Direção da Ordem dos Economistas
A AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS HABITACIONAIS NO PAÍS
Álvaro Santos, CEO da AGENDA URBANA
DEBATE
16H00 PAINEL II - MARCA RUIS - REABILITAÇÃO URBANA INTELIGENTE E SUSTENTÁVEL
A UNIVERSIDADE E AS EMPRESAS: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO
"OS DESAFIOS E AS SOLUÇÕES NA REABILITAÇÃO URBANA 4.0
Miguel Branco Teixeira, Professor Associado da Universidade Fernando Pessoa
Ana Luísa Velosa, Professora na Universidade de Aveiro
Isabel Bentes, Professora na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
16H30 PAINEL III - CONTRATAÇÃO PÚBLICA I ALTERAÇÕES 2022
AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES AO CCP
Isabel Rodrigues, Responsável pelos Serviços Jurídicos e Laborais da AICCOPN
EMPREITADAS DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO | REGIME GERAL E NOVO REGIME ESPECIAL
Fernando Batista, Presidente do IMPIC, I.P.
DEBATE
ENCERRAMENTO
CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
ASSOCIADOS AICCOPN – 20€/Participante, com oferta da 2ª inscrição
NÃO ASSOCIADOS – 50€/Participante
INSCRIÇÕES
WWW.AICCOPN.PT
INFORMAÇÕES
TEL.: +351 223 402 200 | GERAL@AICCOPN.PT
AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas
EM PARCERIA COM:
IMPIC

A OET esteve presente na **EMAF 2023**, na Exponor, com um stand alusivo às atividades da Ordem e participou no **3º Seminário Internacional de Segurança Máquinas, Plataformas Elevatórias e Equipamentos de Trabalho**.

Exponor exhibitions

EMAF TRANSFORMING THE INDUSTRY

31 MAIO › 03 JUNHO 2023

A OET esteve presente na **"Lisbon Conference 2023 - Floods, water scarcity and extreme events"**, promovido pelo LNEC, uma conferência internacional anual, para debate estratégico de temas emergentes ou de marcada relevância para o país, que pretende atrair instituições de referência e peritos em temas selecionados. O tema de cada uma destas conferências será escolhido de forma a abranger toda a atividade de Investigação e Inovação deste Laboratório do Estado. A Conferência sobre "Inundações, escassez de água e eventos extremos" teve três tipos de sessões: palestras, mesas redondas e a apresentação das estratégias e de projetos bandeira de um conjunto selecionado de instituições de referência, nacionais e estrangeiras.



A OET esteve presente nas comemorações do **37.º aniversário do Instituto Politécnico de Viana do Castelo**, onde enquadrado com a cerimónia de entrega de prémios de mérito aos melhores alunos dos vários cursos, foi entregue, pelas mãos do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Secção Regional do Norte, Engenheiro Técnico Manuel Júlio Silva, o prémio ao melhor aluno da licenciatura em Engenharia da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.



O Engenheiro Técnico Luís Silva (membro da CT 145 - Gestão Florestal sustentável) participou nos trabalhos das **8.ª Jornadas de Segurança aos Incêndios Urbanos** e as **3.ª Jornadas de Proteção Civil** (8JORNIC-3JORPROCIV), em representação da OET.

Este evento, que também contou com o apoio e patrocínio institucional da OET, foi dedicado às questões da proteção da floresta e temáticas associadas à sua exposição ao risco como: Fogos Florestais e de Interface, Riscos Tecnológicos e Ambientais, Segurança e Prevenção da Floresta, Organização e Gestão do Território, Riscos e Desastres Naturais, entre outras.



A OET esteve presenta do evento dedicado à apresentação do estudo **'O que nos dizem os Censos sobre Habitação'**, organizado pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.



A OET esteve presente na conferência **"O Ensino Superior Enquanto Dinamizador do Desenvolvimento e da Coesão Territorial"**, promovida pela Delta no Centro Internacional de Pós-Graduação Rui Nabeiro e contou com a intervenção da ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.

A abertura foi presidida pelo Comendador Rui Nabeiro, seguindo-se as intervenções de personalidades nacionais e internacionais, ligadas ao Ensino Superior e ao Tecido Empresarial, que analisaram a iniciativa legislativa proposta por um grupo de cidadãos que pretende ver atribuído ao Ensino Superior Politécnico a capacidade para outorgar Doutoramentos.



A conferência ocorreu num momento em que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior procedeu à reavaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Foi debatido o papel das Universidades e dos Institutos Politécnicos no Desenvolvimento Territorial e na dinamização dos territórios em prol da coesão territorial. A ligação ao tecido empresarial local, o contributo para o desenvolvimento das regiões e o alinhamento com o mercado de trabalho são outros dos temas em debate.

As conclusões do encontro foram apresentadas pela presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Maria José Fernandes.

A OET marcou presença na **ExpoAgrya'23**. Este evento, organizado pela Associação de Estudantes da ESAC, teve como objetivo principal fomentar o contato de atuais alunos da

instituição, com empresas de ex-alunos, bem como com outras empresas das mais diversas áreas das ciências agrárias.

A OET marcou presente no **Seminário "Competências Chave para a Construção do século XXI"** organizado pela AICCOPN e pelo CICCOPN, no qual foi apresentado o estudo de diagnóstico de necessidades de qualificações e competências no sector, desenvolvido no âmbito da revisão do Catálogo Nacional das Qualificações, pelos CICCOPN e o CENFIC.

A OET participou num painel no **1.º Simpósio de Segurança Contra Incêndios em Edifícios**. O Simpósio foi organizado pelo LNEC e contou com o apoio da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), da Ordem dos Arquitetos (OA), da Ordem dos Engenheiros (OE), da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) e da Universidade Lusófona (Centro Universitário do Porto).

Programa – Manhã

9h00 **Receção dos participantes**

9h30 **Abertura**

Laura Caldeira
Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

José Duarte da Costa
Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

9h45 **Sessão 1 – O futuro da regulamentação da SCIE**

Moderador: *Filomena Ferreira*
Ordem dos Engenheiros

Pedro Barbosa
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

António Leça Coelho
Universidade Lusófona

Carlos Ferreira de Castro
Action Modulers Consulting & Technology

11h00 **Pausa para café**

11h15 **Sessão 2 – O ensino da SCIE**

Moderador: *Ricardo Mesquita*
Ordem dos Arquitectos

Paulo Vila Real
Universidade de Aveiro

Albano Neves e Sousa
Instituto Superior Técnico

Pedro Dias Simão
Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra

12h30 **Pausa para Almoço**

Programa – Tarde

14h30 **Sessão 3 – As soluções construtivas inovadoras e a SCIE**

Moderador: *Carlos Pina dos Santos*
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Elisabete Cordeiro
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Isabel Torres
ITeCONS – Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade

Orador
INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial é um Centro de Tecnologia e Inovação

15h45 **Pausa para café**

16h00 **Sessão 4 – A modelação e simulação da SCIE – Potencialidades e fragilidades**

Moderador: *José Cabeçadas Jesus*
Ordem do Engenheiros Técnicos

João Viegas
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Paulo Prata Ramos
SFPE Portugal/Ordem dos Arquitetos

Nuno Lopes
Universidade de Aveiro

17h15 **Encerramento**

António Leça Coelho
Universidade Lusófona

Álvaro Vale e Azevedo
Diretor do Departamento de Edifícios, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

A OET este igualmente presente na **5.ª Conferência Internacional de Proteção Civil & Ciência - ICCP&S´23**, organizada pelo Observatório de Proteção Civil & Safety e pela Escola de Gestão,

Engenharia e Aeronáutica do ISEC Lisboa – Instituto Superior de Educação e Ciências, cujos temas escolhidos foram a Sustentabilidade, a Proteção Civil e A Segurança Comunitária.

A OET esteve presente no **2º Simpósio de Engenharia Civil** (2SEC 2023), promovido pelo Instituto Superior Técnico, em parceria com as Instituições Portuguesas do Ensino Superior Universitário e Politécnico. O 2SEC 2023 teve como principal objetivo divulgar os trabalhos académicos (Dissertação/Projeto/Estágio/Seminário ou equivalente) concluídos em 2021 ou 2022 pelos estudantes finalistas/recém-diplomados de Licenciatura e Mestrado em Engenharia Civil, promovendo uma forte mobilização e participação dos estudantes da área da Engenharia Civil e, deste modo, dar visibilidade aos melhores trabalhos desenvolvidos em ambiente académico ou por meio de parcerias entre a academia e a indústria e igualmente proporcionar o contacto entre estudantes finalistas/recém-diplomados e as empresas empregadoras.

Os 10 anos da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras Portuguesas foi o mote para a realização do **1º Encontro das Entidades Reguladoras Portuguesas**, evento organizado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, com o propósito de ser levada a cabo uma reflexão pioneira sobre os desafios que enfrentam no futuro as 11 entidades reguladoras portuguesas.

A sessão de abertura do evento contou com uma intervenção inicial da Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, Ana Paula Vitorino, a que se seguiram o Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, o secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes, o Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A OET esteve presente no encontro.

A OET também esteve presente na **sessão de esclarecimento** promovida pela Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), sobre a **Lei n.º 13/2023**, que altera o Código do Trabalho e legislação conexa, procedeu à modificação de normas e a introdução de novas disposições, num total de cerca de 150 alterações em diversos diplomas, na qual foram abordadas as principais novidades e alterações, com especial enfoque para as que têm maior impacto para a atividade das empresas do setor, e também a respetiva articulação com o Contrato Coletivo de Trabalho.

A OET esteve na cerimónia de comemoração do **37.º aniversário do Politécnico de Lisboa,** onde foi homenageado com a medalha de ouro do Politécnico de Lisboa, o Prof.º Pedro Lourtie, em reconhecimento público do seu trabalho em prol do Ensino Superior em Portugal. Na cerimónia, Pedro Lourtie fez uma intervenção intitulada "O Ensino Superior em Portugal - Evolução e Tendências".

A OET participou numa mesa redondo no **seminário internacional sobre Digitalização da Segurança Ocupacional na Construção Contributos do Projeto Digital4OSH** e da **Campanha Europeia da EU-OSHA**, promovido pelo ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia de Vila Nova de Gaia.



A OET participou no **VI debate Florestas & Legislação**, desta vez, sob o tema **"A Proteção da Interface urbano-florestal (IUF): Dimensões Jurídicas"**. No âmbito do projeto House Refuge, coordenado pela ADAI (Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial), o Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra organizou este debate.

A OET esteve presente na sessão de esclarecimento que o FSC Portugal preparou a todos os membros da Comissão Técnica 145 – Gestão Florestal Sustentável. Este evento realizou-se no auditório da Confederação dos Agricultores de Portugal e teve como tema ***"O caminho do FSC® para a conformidade com o EUDR"*** (Regulamento Europeu destinado a combater a desflorestação e degradação florestal), tendo como intuito esclarecer sobre do que trata este regulamento e de que forma o FSC poderá ajudar na sua implementação.

A OET esteve também presente no **3.º Fórum do PEFC Portugal**, tendo como pano de fundo o tema da construção sustentável, com o objetivo aspiracional de Elevar a Fasquia no Sector da Construção, alicerçada na ideologia do Novo Bahaus Europeu para uma transição verde e o reconhecimento crescente do papel que a madeira tem na construção sustentável, esteticamente apelativa e inclusiva.

Com vista a uma troca de conhecimentos, apoio e divulgação de novas técnicas, produtos, à preservação, proteção, reconstrução e restauro de um património que é de todos nós, o Conselho Diretivo Nacional aprovou aderir à constituição da AIPP - Associação Ibérica para a Proteção do Património.

A OET marcou igualmente presença em outros eventos:

- ✓ Reunião Comissão de Acompanhamento SCIE
- ✓ 5ª Reunião CONSANP, no Ministério da Agricultura e da Alimentação

- ✓ Reunião do Conselho de Honra do ISEC Lisboa
- ✓ Reuniões dos Grupos de Trabalho da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC)
- ✓ Palestra "Ética e Deontologia Profissional" promovida pela Escola Superior Agrária de Coimbra
- ✓ Encontro Aberto do Conselho Geral da Universidade de Aveiro
- ✓ Sessão de entrega dos PT Global Water Awards 2023 da Parceria Portuguesa para a Água
- ✓ 1ª Edição do AngoRecruitment, promovido pela Associação Estudantes Angolanos no Porto
- ✓ Conferência "O Data Science e a Transição Digital: Sensibilização e Capacitação das PME's Portuguesas", promovida pelo ISCAC
- ✓ Inauguração da Delegação Regional Centro da Ordem dos Médicos Dentistas
- ✓ Convocatória Scheme Committee
- ✓ Homenagem a todos os profissionais que se destacaram durante a pandemia COVID 19 em Portugal, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ Assembleia Geral da AIPP - Associação Ibérica para a Preservação do Património
- ✓ Assembleia Geral da PTPC
- ✓ Assembleia Geral Extraordinária do GECoRPA - Grémio do Património
- ✓ Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Acústica
- ✓ Sessão de Abertura do Congresso Internacional do CIEQV
- ✓ 16º Congresso dos Arquitectos
- ✓ Comemorações do Dia Internacional da Mulher, organizado pela Ordem dos Advogados
- ✓ Cerimónia de entrega de Selos e Prémios Healthy Wokplaces 2023, na Ordem dos Psicólogos
- ✓ Comemorações do Dia do ISCAC
- ✓ Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Associação de Estudantes do ISEL
- ✓ Conferência debate os desafios do eixo da Av. Almirante Reis
- ✓ XXV Congresso da Juventude Popular
- ✓ Conferência "Região Centro" promovida pelo ISCAC
- ✓ Fórum Regional de Arquitetura
- ✓ Green Week 2023, promovida pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu
- ✓ Feira de Empregabilidade do ISEC – Lisboa
- ✓ Encontro de Urbanismo: Lisboa, A Cidade dos Vales, da Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ Jornadas Técnicas: Serviços de Ecossistemas, promovidas pela Forest Stewardship Council (FSC) Portugal
- ✓ Reunião para a definição da estratégia do CONGREGA 2024
- ✓ 9.º Congresso dos Advogados Portugueses
- ✓ Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa para a Educação em Engenharia

- ✓ Reunião do Conselho Técnico-Científico - Programa ReSist, da Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ Conferência “Mais Habitação”, promovida pela AICCOPN
- ✓ Tomada de Posse do Presidente e restantes dirigentes do IPVC
- ✓ Comemoração dos 29 anos do IPCA
- ✓ Comemorações do Dia Nacional do Psicólogo
- ✓ Conferência Q-Day 2023, “Descodificar a IA Generativa”
- ✓ 1º Fórum Profissional Liberal da ANPL
- ✓ Semana da Floresta, promovida pela Forest Stewardship Council (FSC) Portugal
- ✓ V Jornadas de Direito do Trabalho Açores, promovida pela Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego dos Açores
- ✓ Avaliação Institucional do ISEC Lisboa pela A3ES
- ✓ 1.ªs Jornadas de Eficiência Energética e Hídrica do Ministério da Saúde, promovidas pelo INFARMED
- ✓ Tomada de Posse dos Órgãos Regionais de LVT da Ordem dos Arquitectos
- ✓ Reuniões da Comissão Científica da 9ª Conferência de Segurança - Proteger 2024, da APSEI
- ✓ 9ª edição do Simpósio de Metrologia (SimpMet) e o 2º Simpósio de Metrologia do Douro Superior
- ✓ Apresentação das conclusões do estudo "Infraestruturas de Carregamento de Apoio à Transição Energética da Mobilidade em Portugal", promovida pela MOBIE
- ✓ Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo ISEL 2023/2024
- ✓ Lançamento Programa M2 - Uma parceria CNN/Vida Imobiliária
- ✓ Congresso do 28.º Aniversário da PROFORUM - “A Engenharia Portuguesa como Dinamizadora do Futuro de Portugal”
- ✓ 25 Anos da Ordem dos Arquitectos
- ✓ X Congresso da Sociedade Científica de Suinicultura
- ✓ Conferência Poluição Luminosa: O desconhecimento e a desinformação sobre iluminação Pública e os seus impactos na saúde e no consumo energético, promovida pela Auraicity/Univ.Coimbra
- ✓ Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Estatutários da Ordem dos Enfermeiros
- ✓ 3º Fórum de Desenvolvimento da Educação em Engenharia, promovido pela Sociedade Portuguesa para a Educação em Engenharia
- ✓ 38º aniversário IP Porto
- ✓ 1º workshop "Floene e a Indústria de Futuro"
- ✓ Palestra “Os Desafios Atuais da Transparência e da Integridade na Gestão Pública” coorganizada pelo IP Porto, com o Jornal Público e o Tribunal de Contas
- ✓ Conferência Internacional Multi AEC - Gestão Integrada das Multilaterais Financeiras e o Workshop de Encerramento do Projeto Multi AEC, promovida pela PTPC

- ✓ Conferência internacional CEES 2023 (International Conference on Construction, Energy, Environment and Sustainability)
- ✓ II Congresso Nacional das Ciências do Solo, numa parceria dos IP Bragança e Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo
- ✓ Sessão "O Futuro eCIRCULAR", promovida pela ADENE
- ✓ Sessão de apresentação do Anuário SCIE, promovida pela ANEPC
- ✓ Conferência "Segurança na cidade do Porto", promovida pela Associação Mais Porto
- ✓ Seminário - "A valorização do imobiliário através da resiliência sísmica", promovido pela Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ XVI Jornadas Técnicas ANIET

Conselho da Profissão / Colégios de Especialidade

No ano de 2023, o Conselho da Profissão manteve a sua atividade desenvolvida de forma articulada com o Conselho Diretivo Nacional e com as Secções Regionais, designadamente no apoio à atividade dos Colégios da Especialidade.

Os Colégios da Especialidade e o Conselho da Profissão apoiaram igualmente todas as atividades levadas a efeito pelas Secções Regionais e o Conselho Diretivo Nacional, no quadro de atuação que lhe está destinado estatutariamente.

O Conselho da Profissão apoiou o Conselho Diretivo Nacional no que diz respeito a:

i. Nomeação de representantes da Ordem para acompanhar o processo de revisão da regulamentação, que abrange o exercício da profissão;

ii. Nomeação de representantes da Ordem em Conselhos Consultivos das Escolas Superiores de Engenharia e Institutos Politécnicos;

iii. Nomeação de representantes da Ordem para integração nos júris de atribuição do Título de Especialista do Ensino Superior Politécnico;

iv. Emissão de pareceres relativamente a Novos Cursos na área da engenharia, sempre que solicitado pela A3ES – Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

v. Emissão de pareceres sobre certificação de competências específicas;

vi. Emissão de pareceres sobre Regulamentos a serem aprovados pelo CDN;

vii. Participação na emissão de relatórios de verificação de conformidade para Prestadores de Serviços da UE;

viii. Participação na atribuição do Grau de Engenheiro Técnico Sénior;

ix. Participação na atribuição do Grau de Engenheiro Técnico Especialista.

O Conselho da Profissão esteve reunido, em formato misto, nos dias 4 de março e 13 de dezembro.

Em resposta aos convites endereçados à OET para esta entidade participar como júri em processos de candidatura a títulos de especialista, o Conselho da Profissão, em conjunto com os Colégios de Especialidade, participou em 14 júris nas áreas de: Agrária (1), Informática (8), Civil (2), Energia e Sistemas de Potência (2) e Segurança (1)

Regulamento Geral de Proteção de Dados

Embora a salvaguarda e respeito pela confidencialidade dos dados pessoais objeto de tratamento pela OET seja, desde sempre, uma preocupação relevante e consciente desta Ordem, a entrada em vigor no dia 25 de maio de 2018 do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, que se aplica a todas as organizações dos Estados Membros da União Europeia que processam dados pessoais, colocou questões a 3 níveis:

- Dever legal de prestação de informação institucional entre a Ordem e os membros;
- Prestação de informação a entidades terceiras, no cumprimento de obrigação legislativa e como garantia de funcionamento administrativo da Ordem e a prática profissional dos seus membros;
- Garantia de cumprimento das obrigações da Ordem em resultado do exercício de qualquer direito conferido aos seus membros e titulares de dados pessoais.

Assim, a OET decidiu, em cumprimento integral do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados:

- Manter o tratamento de dados pessoais dos nossos membros, aquando da sua inscrição e do subsequente exercício da sua profissão, observando as obrigações legais e estatutárias previstas nos Estatutos da OET, aprovados pela Lei 157/2015, de 17 de setembro e subsequentes aditamentos que venham a ocorrer;
- Manter a publicação de informação dirigida, através de email, no site nacional da OET, newsletter com informação institucional e informação relativa à formação ao longo da vida, ou da Revista ENGenharia (obrigação legal decorrente do estatuto da OET – alínea n) do Artigo 3º dos Estatutos da OET, aprovados pela Lei 157/2015, de 17 de setembro);
- Manter a consulta de membros no site da OET (obrigação legal decorrente do estatuto da Ordem – artigo 117º dos Estatutos da OET, aprovados pela Lei 157/2015, de 17 de setembro e subsequentes aditamentos que venham a ocorrer);
- Transmitir, de forma limitada, Dados Pessoais à ANACOM, relativamente aos técnicos habilitados para o projeto e instalação de ITED e ITUR (decorrente de obrigação legal prevista no ponto 2 do Artigo 37º e no ponto 4 do Artigo 67º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na versão republicada pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho);

- Transmitir, de forma limitada, Dados Pessoais à ANPC relativamente aos projetistas do SCIE (decorrente de obrigação legal prevista no protocolo entre a Ordem e a ANPC, subjacente ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro).

Não obstante o cumprimento das suas atribuições e competências legais que decorrem da atividade da OET, os dados pessoais dos membros da Ordem, para além dos fins previstos no cumprimento de obrigações legais, não são transmitidos a qualquer entidade terceira para além daquelas que, de um ponto de vista meramente administrativo, assessoram a OET.

A OET assegura, a todos os seus membros, o exercício dos direitos que são atribuídos aos titulares de dados pessoais ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, os quais poderão ser exercidos junto dos nossos serviços e através do endereço de email do Encarregado de Proteção de Dados: epd@oet.pt.

A Dra. Raquel Fonseca é a Encarregada de Proteção de Dados da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Informação

A Ordem produz anualmente a tradicional agenda de secretária em papel, a qual tem sido enviada gratuitamente para todos os membros.

No entanto, e considerando os desperdícios verificados com a correspondência que é devolvida, bem como os custos financeiros e ambientais deste envio universal, o Conselho Diretivo Nacional deliberou que a agenda da Ordem continuaria a ser produzida em papel, mas só seria disponibilizada nas Sedes das Secções Regionais ou Delegações Regionais, podendo igualmente ser enviada, sem custos para os membros, para o domicílio profissional dos membros que o solicitassem.

A página da Ordem continua a ser alimentada diariamente com informação relevante para os Engenheiros Técnicos.

Devido à entrada em vigor do RGPD foram realizadas alterações numa funcionalidade do sistema SEDAP que permitia enviar a declaração diretamente do site da OET para o destinatário, passando esta a ser enviado unicamente para o endereço fidelizado na OET (ou seja, a Ordem envia a declaração só para o Engenheiro Técnico) e deixa de ser possível enviar para outras entidades diretamente a partir do site da OET.

Em termos de *feed* de informação regular, o Centro de Documentação procedeu ao envio de numerosos mail-shot, a forma mais expedita de transmitir informação de forma massiva para todos os membros da OET com endereço de email registado, dentro dos limites legais impostos pela entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Foi continuada a edição da Revista ENGenharia, com a publicação do número 16, em junho de 2023.



Foram igualmente publicadas 11 newsletters ao longo do ano, com periodicidade mensal.

O Instagram encontra-se desativado por motivos alheios à Ordem, mas espera-se que estes constrangimentos sejam ultrapassados em 2024. O Facebook tem mais de 2.300 seguidores. O Canal Youtube tem 28 vídeos publicados. O LinkedIn tem mais de 1.700 seguidores.

Para as redes sociais foi preparada informação para divulgação (Comunicados, noticias, protocolos, etc.), incluindo igualmente informação recebida das Secções Regionais e pedidos de divulgação de entidades diversas.

Uma vez que deixou de ser emitido em plástico, o "*cartão digital de membro da OET*" passou a ser emitido pelos membros através do sistema SEDAP. Este cartão contém igualmente mecanismos de verificação da autenticidade, tal como acontece com as declarações da OET (QR Code e certificação digital).

Ensino Superior

Manteve-se a estreita participação da OET junto no Conselho Consultivo da A3ES - Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

De igual modo foram emitidos pareceres relativamente a propostas de Novos Ciclos de Estudos (NCE) ou a propostas de renovação da Acreditação dos Ciclos de Estudos em Funcionamento (ACEF), sempre que a A3ES o solicitou.

Também a OET esteve disponível para todos os contatos e solicitações das instituições de Ensino Superior, marcando presença nos eventos para os quais foi solicitada.

Foram mantidos contatos regulares com as escolas que formam diplomados em engenharia. A OET continua a integrar diversos Conselhos Consultivos de Instituições de Ensino Superior.

O Conselho Diretivo Nacional aprovou um apoio financeiro para as Secções Regionais promoverem e divulgarem a imagem da OET junto das escolas, em eventos relacionados com a engenharia, no valor total de 100.000,00€ (cem mil euros).

Recursos e Documentação

O Centro de Recursos e Documentação da Ordem continua ao dispor dos membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos disponibilizando o acesso à documentação existente.

Em todas as secções regionais encontram-se disponíveis recursos informáticos para que os membros possam emitir gratuitamente as suas declarações para o exercício profissional.

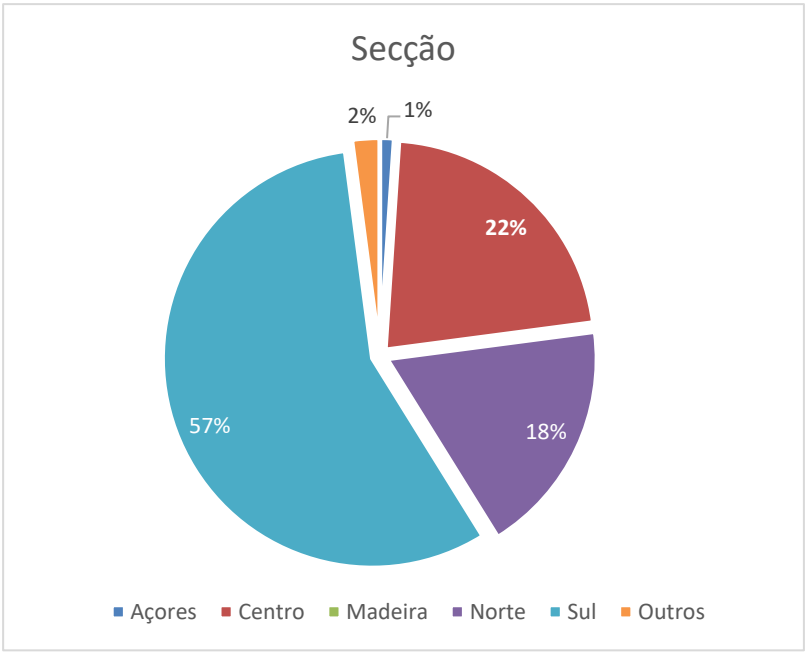
Gabinete Jurídico

Foi prestado apoio jurídico ao Conselho Jurisdicional relativo a recursos apresentados a esse Órgão.

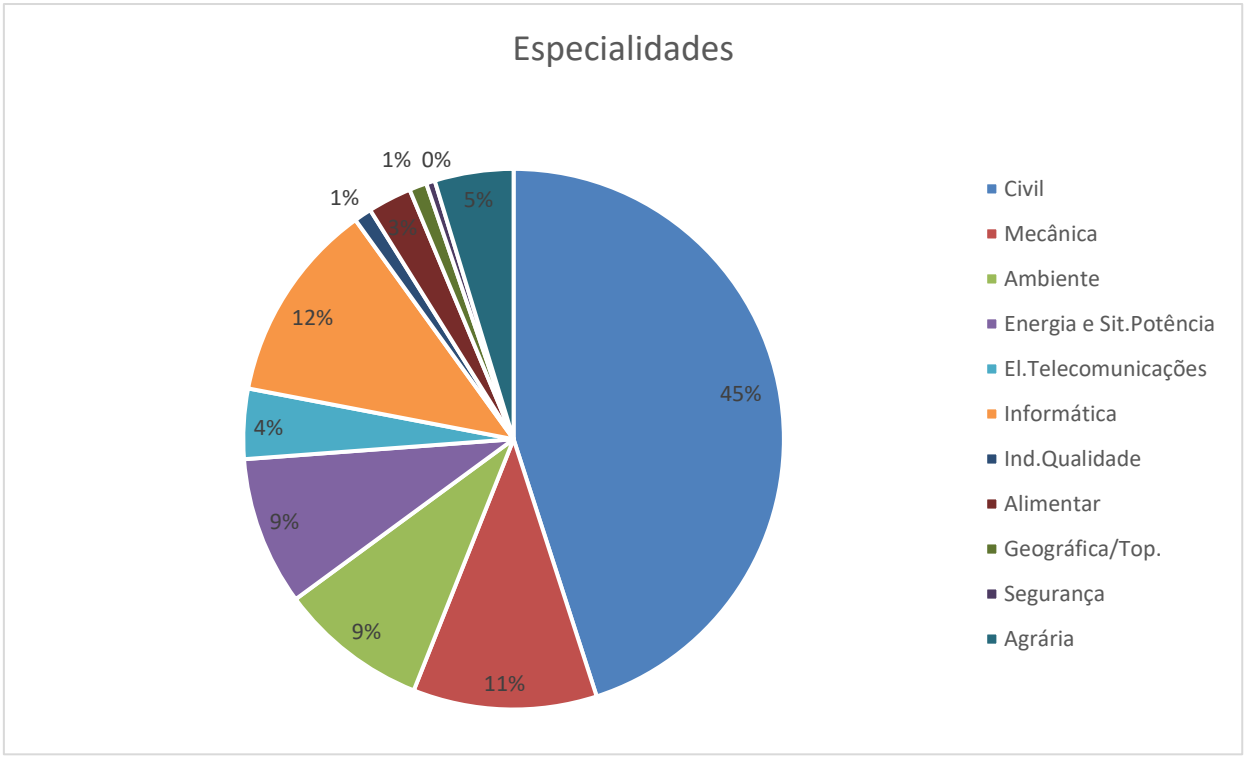
Pretendeu-se acompanhar a diversa publicação de legislação que foi publicada no decorrer do presente ano, bem como atualizar a legislação no site da OET.

O gabinete jurídico contribuiu igualmente para a compilação de ofertas de emprego publicadas na página eletrónica da Ordem.

No ano de 2023, o Gabinete Jurídico divulgou um total de 192 anúncios, distribuídos a nível nacional da seguinte forma:



E distribuído, a nível de especialidades, da seguinte forma:



Após análise efetuada aos anúncios dos procedimentos concursais, o Gabinete Jurídico detetou que 75 (setenta e cinco) procedimentos concursais padeciam de irregularidades tais como a exigência de obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Engenheiros, descriminado os

engenheiros técnicos sem qualquer fundamento minimamente razoável e outros procedimentos concursais que não previam a inscrição na respetiva Associação pública Profissional, isto é, Ordem dos Engenheiros Técnicos ou Ordem dos Engenheiros.

Seguro Profissional

Continuou a ser disponibilizado, gratuitamente, a todos os membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos, a integração numa apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), da qual a OET é tomadora.

No âmbito da atribuição de prestação de serviços aos seus membros, a OET é titular de apólices com os capitais superiores (até €1.000.000,00) que os Engenheiros Técnicos interessados podem subscrever individualmente.

De igual modo, foi contratada uma apólice de seguro de acidentes pessoais na qual são integrados gratuitamente todos os Engenheiros Técnicos Estagiários.

No seguro-base (com o capital de 10.000 €) os certificados individuais de seguro são emitidos pelos próprios membros da Ordem através do sistema SEDAP.

Parcerias e protocolos

No dia 6 de junho a OET celebrou com a ADENE um protocolo de cooperação e colaboração. O protocolo tem por âmbito a colaboração através de iniciativas, projetos e atividades na área da formação, com vista ao reforço de competências de especialistas em matéria de eficiência energética e hídrica, mobilidade sustentável e energias renováveis e é um ponto de partida para futuras sinergias entre as duas entidades



Foram celebrados ao todo 32 protocolos com entidades diversas, mantendo a OET os protocolos celebrados com um alargado conjunto de parceiros que proporcionam benefícios aos Engenheiros Técnicos, cujo detalhe é permanentemente atualizado em www.oet.pt. No momento atual a lista é apresentada em seguida:

APOIO DOMICILIÁRIO

ALL DAY CARE® Apoio Domiciliário

Apoio Domiciliário Ajudar a Caminhar

Babysits

Better Life

PrioVida®

BANCOS

ActivoBank simplifica

BBVA

Best Bank

Millennium bcp

Santander

ENSINO E FORMAÇÃO

AbERTA www.uab.pt

adene

american school of languages

apcer YOU CAN TRUST.

externato o baloiço

CAMBRIDGE SCHOOL

CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL

CEDROS. we add value.

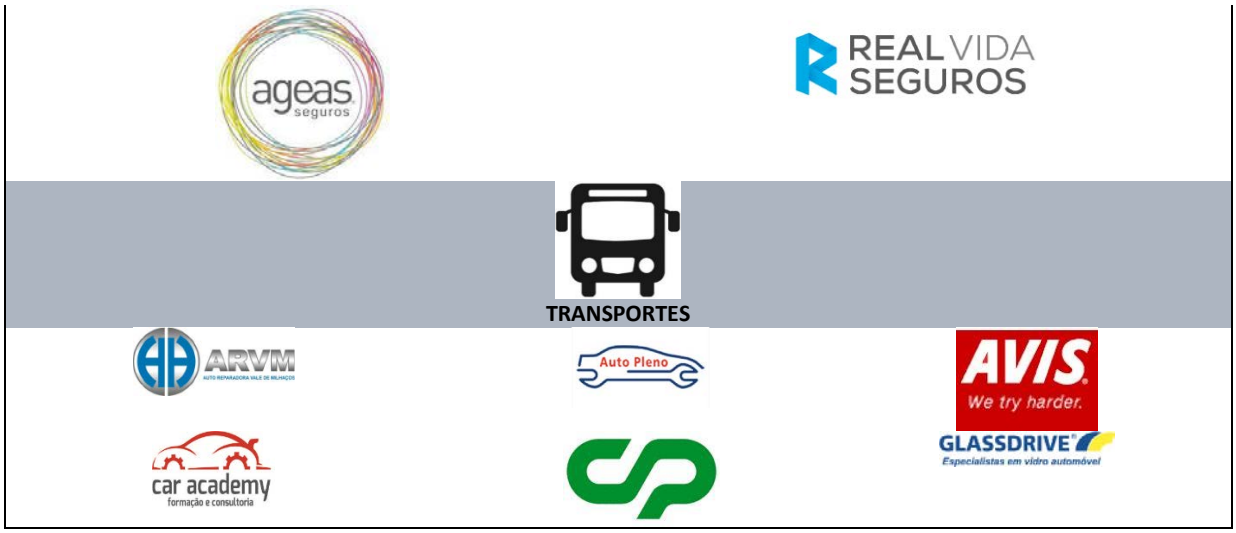
GINÁSIOS

LAZER

SAÚDE

SERVIÇOS

SEGUROS



Relação com o Poder Político

Na linha da colaboração institucional da OET junto das entidades governamentais, a Ordem enviou vários ofícios com contributos e propostas, nomeadamente, entre outros:

- ✓ Duas audiências com o Presidente da República, a convite do CNOP, sobre a alteração aos estatutos das Ordens Profissionais
- ✓ Contributos para a resolução do problema da habitação e dos edifícios devolutos, para a Ministra da Habitação e para a Secretária de Estado da Habitação
- ✓ Audição sobre propostas de lei para a Habitação, na 6ª Comissão – CEOPPH
- ✓ Audição na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local sobre vulnerabilidade sísmica
- ✓ Contributos sobre a redução das restrições nas profissões altamente regulamentadas, para a Ministra da Habitação
- ✓ Várias audições com a Ministra da Habitação e com a Secretária de Estado da Habitação (sobre alteração ao estatuto da OET)
- ✓ Várias audições com o Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais, sobre a alteração aos estatutos da OET
- ✓ Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANP), contribuído ativamente na busca de soluções para os desafios alimentares

A OET foi recebida em audição na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, pelo Grupo de Trabalho – Habitação. O Bastonário, Augusto Ferreira Guedes, foi acompanhado pelo Vice-Presidente, António Lousada e pelo Presidente do Conselho Fiscal Nacional e Coordenador do Gabinete Técnico, Carlos Pereira.

A OET deu parecer sobre a PL 77/XV, que autoriza o Governo a proceder à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo e ordenamento do território. A OET transmitiu que concorda ser desejável que se proceda à eliminação das barreiras que possam ser consideradas excessivas no

licenciamento de atividades económicas de resto, tal como no que se refere a tudo o que possam ser outros fatores impactantes à boa e eficiente relação entre os cidadãos e as empresas com o Estado, embora destaque que não é desejável que através dessa ação se diminuía a segurança e/ou se faça baixar ou níveis de inovação dos próprios projetos. Destaca-se que o benefício da obrigatoriedade da existência de projeto elétrico para todas as novas edificações é muito superior ao risco acrescido da dispensa de projeto elétrico para potências inferiores a 41,4 kVA, caso em que aumentará, de forma drástica, o risco de incêndios e explosões, pondo em causa a vida das pessoas e o seu património.

A OET deu igualmente o seu parecer sobre a PL 71/XV, que aprova medidas no âmbito do plano de intervenção «Mais Habitação». Não obstante a OET acreditar que é possível melhorar a configuração da proposta com a implementação da aquisição pelo Estado de prédios sem dono conhecido, a OET propôs a regulamentação de um procedimento que confira exequibilidade ao artigo 1345.º do Código Civil ao determinar que as coisas imóveis sem dono conhecido se consideram património das Juntas de Freguesia. A intenção é desencorajar o abandono de imóveis e a renúncia aos deveres associados ao direito de propriedade, nomeadamente ao incumprimento de intimações municipais para obras de conservação levando à degradação das edificações, com perigo para a segurança de pessoas e bens, como por exemplo as derrocadas e os incêndios.

A OET foi recebida pelo Grupo de Trabalho - Prevenção e Proteção Sísmica da 13.ª CAPOTPL. Acompanharam o Bastonário, Augusto Ferreira Guedes, o Vice-Presidente, António Lousada e Carlos Rente, representante da Ordem no Grupo de Trabalho do Projeto ReSist, da Câmara Municipal de Lisboa.

A OET enviou os contributos para a revisão da portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho à Ministra da Habitação.

A OET enviou uma proposta de alteração ao Decreto-Lei nº 102/2021, de 19 de novembro, que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.

A OET continuou os seus esforços para que o Governo proceda à alteração da Lei Geral Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e à alteração à Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) e publicado no Boletim de Trabalho e Emprego Separata n.º 33, de 27 de julho.

A OET deu parecer sobre o REG DL 460/XXIII/2023, projeto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2022, de 6 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da proteção radiológica.

Igualmente a OET colaborou com:

- ✓ IMPIC, sobre propostas de alteração de legislação na área da construção

- ✓ Participação na elaboração da Estratégia Municipal da Transparência e Prevenção da Corrupção, da Câmara Municipal de Lisboa
- ✓ Reuniões do Conselho Consultivo do IMPIC
- ✓ Reunião do Conselho Plenário do CSOP
- ✓ Reuniões do Conselho Nacional de Habitação
- ✓ Reuniões sobre o PEPU: documento de visão e mind map
- ✓ Reuniões do Grupo de Trabalho sobre a reforma e simplificação dos licenciamentos
- ✓ Reuniões da Comissão Técnica criada no âmbito do Memorando de Entendimento para a simplificação de processos urbanísticos

Relações Internacionais

A OET participou na Assembleia Geral da EE - Engineers Europe (antigamente designada por FEANI) que decorreu este ano em Cannes, nos dias 8 e 9 de junho, tendo sido representada pelo Bastonário, Augusto Ferreira Guedes e pelos Vice-Presidentes, José Manuel Sousa e António Lousada.

Decorreram ainda no ano de 2023 um total de seis reuniões do Comité Nacional da FEANI, para a atribuição do título EUR-ING.

ENGINEERS EUROPE

Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs
European Federation of National Engineering Associations
Föderation Europäischer Nationaler Ingenieurverbände

A OET este presente na 7ª World Engineers Convention (WEC 2023), que este ano se realizou em Praga. Em representação da OET estiveram presentes o Vice-Presidente, José Manuel Sousa, o Presidente do Conselho da Profissão, Nuno Cota e a Vice-Presidente da Secção Regional da Madeira, Débora Santos.





O Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa, esteve presente em representação da Ordem dos Engenheiros Técnicos na Assembleia Geral anual da ISHCCO - International Safety and Health Construction Coordinators Organization, que este ano decorreu em Bruxelas, em formato misto (presencial e virtual). Os assuntos debatidos visaram a melhoria das condições de saúde e segurança na construção e apresentação de novas iniciativas no sector. Foi marcada a próxima Assembleia Geral para Lisboa no ano de 2024.



A OET participou no Congresso Nacional para a Prevenção e Segurança do Trabalho, realizado no âmbito do dia Mundial em Memória das Vítimas dos Acidentes do Trabalho, promovido pelo Instituto de Segurança e Saúde Ocupacional (ISSO). O congresso contou com a participação de

especialistas nacionais e estrangeiros para discussão das melhores estratégias de promoção do trabalho mais seguro, saudável e digno, numa conferência híbrida. A OET esteve representada no Congresso, pelo Presidente do Conselho Fiscal Nacional, Carlos Pereira e pelo Presidente da Secção Regional do Sul, José Delgado, sendo que ambos apresentaram dois painéis "Segurança rodoviária – riscos e medida de prevenção" e "Remoção do amianto na construção – prevenção e procedimentos" respetivamente.



A OET coorganizou, em parceria a Inspeção Geral do Trabalho e o Ministério das Infraestruturas de Cabo Verde, com a ACT e com a OETCV – Ordem dos Engenheiros Técnicos de Cabo Verde, a Conferência Internacional alusiva ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho.





No seguimento desta parceria, foi assinado mais tarde, em Lisboa, um protocolo tripartido, entre a OET, a IGT - Inspeção Geral do Trabalho de Cabo Verde e a OETCV - Ordem dos Engenheiros Técnicos de Cabo Verde, tendo em vista a promoção e a elaboração do "Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho da Construção Civil e Obras Públicas", que tem como principal objetivo, a criação das condições para reduzir os riscos profissionais num dos sectores com maior sinistralidade profissional. Pretende-se que a atividade beneficie de uma estratégia com vista a registar, tendencialmente, zero acidentes de trabalho, tendo em vista a criação de locais de trabalho seguros e saudáveis.

A OET coorganizou o V Congresso Internacional de Engenharia em parceria com a Ordem dos Engenheiros de Angola, subordinado ao tema: Engenharia, Inovação e Sociedade, que decorreu em Luanda. O Congresso, incluiu debates sobre a segurança, saúde ocupacional e ambiental. As sessões temáticas, foram dissertadas por membros da OET.





No âmbito da deslocação a Angola para a participação no V Congresso Internacional de Engenharia, a delegação da OET realizou uma visita técnica à obra de construção de um complexo escolar privado no Huambo, com a presença de Augusto Guedes, Bastonário da OET, António Lousada, Vice-Presidente da OET, Carlos Pereira, Presidente do Conselho Fiscal Nacional da OET, José Delgado, Presidente da Secção Regional do Sul da OET, Carlos Roque, Diretor de Obra da empresa OMATAPALO e membro da OET, João Marcelino, Diretor-Geral da Escola e José Marcelino, Diretor-Geral Adjunto da Escola, entre outros.



A OET também esteve presente no 4.º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa – Interconectividades: Engenharia, Inovação e Sustentabilidade, que este ano ocorreu em Lisboa.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou no IV Encontro Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (ENEST), organizado pela Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (ANEST), juntamente com a Associação Baiana de Engenharia de Segurança (ABESE), no Salvador, Brasil. O encontro conta com a participação especial do Fórum Lusófono de Engenharia, Segurança e Saúde do Trabalho (FoLESST) e do Fórum Feminino da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (FANEST), entre outros. Além de promover a integração dos participantes com profissionais de segurança do trabalho de todo Brasil e de outros países e de contar com a participação de profissionais da OET, o IV ENEST também se destacou por promover o intercâmbio de informações e experiências entre a ANEST, associações regionais de engenharia de segurança do trabalho dos diversos estados do Brasil e entidades de classe do sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), além da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA(Mútua), entre outras instituições relacionadas ao mundo do trabalho.



A ANEST - Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho homenageou a OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido. A homenagem foi entregue, dia 27 de outubro, pelo Presidente da ANEST, Engenheiro Benvenuto Gonçalves Júnior.



A OET esteve presente e apoiou o 25º Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, organizado pela ANEST.

O CONEST tem crescido ano a ano, reunindo centenas de profissionais, empresas públicas e privadas, académicos e especialistas nacionais e estrangeiros para discussões dos mais variados e contemporâneos temas da segurança e saúde no trabalho.



Secções Regionais

Os Conselhos Diretivos dos Açores e da Madeira da OET promoveram a primeira edição das Jornadas Insulares de Engenharia aonde, no dia 23 de abril na ilha Graciosa, se debateu o tema dos "Transportes e Acessibilidades". As Jornadas Insulares de Engenharia são promovidas pelas Secções Regionais dos Açores e da Madeira da OET e, nesta primeira parte, contaram com a presença de mais de seis dezenas de participantes aos quais se associaram outros interessados que assistiram ao evento através de plataforma de videoconferência disponibilizada pela OET no local. No âmbito da organização desta atividade, as Secções Regionais dos Açores e da Madeira da OET entendem que devem destacar não só o apoio da Câmara Municipal da Vila de Santa Cruz da Graciosa, mas também, a participação de personalidades dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, de deputados da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, do Bastonário da OET e de representantes de diversas empresas públicas e privadas, ligadas aos setores em análise. Sabendo-se das fragilidades que os dois arquipélagos acumulam no respeitante ao tema, analisaram-se diferentes realidades, tendo sempre como objetivo a deteção de práticas e de metodologias que, propiciando um desenvolvimento hegemónico dos dois arquipélagos, os aproximem das oportunidades dos territórios continentais, sem que para tal se percam as especificidades que os caracterizam positivamente.

Após a sessão de abertura, que contou com a participação da Secretária Regional do Turismo, Mobilidades e Infraestruturas do Governo dos Açores - Dr.ª Berta Cabral; do Presidente da Câmara Municipal da Vila de Santa Cruz da Graciosa - Dr. António Reis; da Diretora Regional da Economia e Transportes Terrestres do Governo da Madeira - Dr.ª Isabel Rodrigues e do Bastonário da OET – Engenheiro Técnico Augusto Guedes, decorreram as apresentações de múltiplos oradores, analisaram-se os "Padrões e modelos de transportes nos arquipélagos dos Açores e da Madeira"; os condicionalismos inerentes ao "Serviço público, competitividade e continuidade do negócio de transportes" a garantir e o "Modelo(s) de investimento e desenvolvimento público". Desde o primeiro momento, e levando em linha de conta as múltiplas intervenções e as opiniões de todos os oradores envolvidos,



ficou clarificada a importância da temática escolhida e a oportuna Rua Diário dos Açores, n.º 43 Ponta Delgada Rua de Baixo de São Pedro, nº 35 Angra do Heroísmo sracores@oet.pt Rua da Carreira, 99 9000-042 Funchal srmadeira@oet.pt Página 2 de 2 escolha do local do encontro, evidenciando-se o próprio contexto insular e as especificidades de um viver atlântico, onde o oceano pode ser tido como um obstáculo, mas também poderá ser entendido como uma via de acesso a outras realidades que nos são contemporâneas. Através de uma ação aberta a todos os interessados e ao público em geral, entendeu a OET, no desempenho do papel pró-ativo a que se sente obrigada, que a análise dos problemas que afetam as nossas sociedades é responsabilidade de todos, não cabendo apenas aos diferentes níveis de governo o envolvimento e a resolução daquilo que condiciona o nosso País e as nossas Regiões. É, pois, chegado o momento para a união de todas as sensibilidades e de áreas de conhecimento, tornando possível o esboçar de um rumo, obtendo-se níveis de entendimento entre o setor público e os múltiplos setores privados, esquecendo-se bairrismos e regionalismos fraturantes e assumindo, como foco, o desejado desenvolvimento hegemónico e eficaz das nossas Regiões Autónomas e do todo do nosso Portugal.



As Jornadas Insulares da Engenharia decorreram na ilha do Porto Santo sob o tema "Transportes e Acessibilidades". Este evento foi organizado em conjunto pelas Secções Regionais da Madeira e dos Açores. Na Sessão de Abertura estiveram presentes, o Eng.º Pedro Fino (Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas), o Eng.º Francisco Fernandes (Diretor do Laboratório Regional de Engenharia), a Dr.ª Fátima Silva (Presidente da Assembleia

Municipal do Porto Santo), além do Bastonário e do Presidente da Secção Regional da Madeira da OET. O Bastonário desafiou o Governo e os empresários da Madeira a serem coproprietários da SATA Internacional de modo que as regiões insulares portuguesas tenham uma política de mobilidade aérea estruturada e menos dependente da TAP e das companhias estrangeiras, "Porque isso assegurava um grau de liberdade e execução de uma política futura na acessibilidade à Madeira". Seria uma opção estratégica que contribuiria para esbater a dependência das ilhas e reforçar ambas as autonomias.



A Secção Regional dos Açores organizou a Conferência Pública alusiva ao tema - "Olhar o mundo a partir dos Açores – Uma visão global com a Engenharia ao centro". A conferência, integrada na efeméride do Dia do Engenheiro Técnico, contou com a participação de mais de 60 pessoas oriundas dos vários quadrantes da sociedade açoriana entre outros, membros da OET, empresários, associações de empresas, representantes de Ordens Profissionais, órgãos de comunicação social, etc. Ainda presentes, estiveram deputados regionais (à Assembleia da República e à Assembleia Legislativa Regional), o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, o Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores e a Universidade dos Açores representada por vários membros entre eles, o Vice-reitor para a Administração, Planeamento e Infraestruturas, o Diretor do Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos da Universidade dos Açores e o Diretor de Curso da Licenciatura em Proteção Civil e Gestão de Riscos. Na ocasião, foram, igualmente, entregues os diplomas de Engenheiro Técnico Especialista e Engenheiro Técnico Sénior e, no âmbito do protocolo estabelecido entre a OET e a Universidade dos Açores, foi entregue o prémio à melhor aluna do curso de Proteção Civil e

Gestão de Riscos, Engenheira Técnica Linda Silva. Foi ainda prestada uma homenagem da OET ao Professor Doutor João Luís Gaspar (ex-Reitor da Universidade dos Açores) através da qual se pretendeu destacar o contributo que, enquanto cidadão e professor da Universidade dos Açores, deu, e ainda dá, à formação de um largo conjunto de profissionais que, ao serviço de vastas comunidades espalhadas pelo mundo, trabalham com competência e valor e, por outro lado, enquanto Reitor, pelo compromisso público que assumiu em prol da integridade, inovação e empreendedorismo que resultou não só numa liderança inspiradora, mas também num fortalecimento e valorização da Instituição que à data orientava.

Por fim, foram prestadas homenagens da OET aos Engenheiros Técnicos António Domingues (Ilha do Pico), Osvaldo de Ávila (Ilha Terceira), Primitivo Marques (Ilha de S. Miguel) e, a título póstumo, Vitor Macedo (Ilha do Faial). A Secção Regional dos Açores da OET pretende ainda deixar uma palavra de agradecimento e apreço pela presença do Dr. Vasco Cordeiro que, na qualidade de Presidente do Comité Europeu das Regiões, abordou o papel das Regiões Ultraperiféricas no contexto do desenvolvimento europeu, os desafios que as Regiões Ultraperiféricas enfrentam e o papel que as atividades ligadas à engenharia podem (e devem) assumir para melhor contribuírem e bem assim de forma decisiva ajudarem a minimizar e a ultrapassar esses desafios.





A Delegação Distrital da Guarda da OET promoveu, uma Visita Técnica às obras da Linha da Beira Alta no troço entre Cerdeira e Vilar Formoso na qual estiveram presentes alguns colegas e ainda alguns alunos do 3º ano do curso de Engenharia Civil do IP Guarda. A empresa Infraestruturas de Portugal, IP, efetuou uma apresentação da obra e das sua particularidades e condicionalismos na execução dos trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeida, Engenheiro Técnico António Machado, também se juntou a esta visita, tendo convidado os presentes para uma visita ao Memorial da Paz, em Vilar Formoso, onde decorre uma exposição de homenagem a Aristides de Sousa Mendes e aos refugiados judeus da 2ª Guerra Mundial se acoitaram em Portugal.

A Secção Regional da Madeira, comemorou o "Dia do Engenheiro Técnico", com um jantar convívio para 90 membros da Secção, contando com a ilustre presença de duas entidades regionais, o Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor Sílvio Moreira Fernandes, e a Vice-Presidente da Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, Dr.ª Rubina Leal. Durante este evento, foram entregues 12 certificados de atribuição a Engenheiros Técnicos Seniores, membros que demonstraram a sua capacidade e conhecimentos relevantes dentro da sua especialidade e exercício da atividade pelo período mínimo de 15 anos e 2 certificados de atribuição a Engenheiros Técnicos Especialistas, membros que demonstraram a sua capacidade técnica e desenvolvimento de competências excecionais num tópico dentro da sua especialidade



A Secção Regional da Madeira da OET teve a oportunidade de entregar uma Distinção ao Engenheiro Técnico Décio Alves no âmbito da atribuição da bolsa de investigação atribuída pela Secção à tese de Doutoramento em Engenharia Eletrotécnica da Universidade da Madeira, denominada "Very Short-Range Forecasting of Wind Speed and Direction for Air Traffic Operations at Madeira Airport". Esta cerimónia contou com a presença do Magnífico Reitor da Universidade da Madeira Prof.º Doutor Sílvio Moreira, e dos orientadores do Doutoramento, Doutor Fábio Mendonça e Doutor Mostafa Sheikh.



A Secção Regional da Madeira acolheu o Laboratório de Engenharia Geográfica e Topográfica subordinado ao tópico 'Monitorização Automática, Laser Scanning e GPR (Georadar)'. A atividade, promovida pelo Colégio de Engenharia Geográfica e Topográfica da Secção Regional da Madeira, em colaboração com a Global Geosystems, contou com a presença de 29 participantes, divididos por duas sessões. O evento visou "a apresentação e demonstração de algumas soluções tecnológicas de scanner laser e captura de realidade, proporcionando em simultâneo a oportunidade para a atualização de conhecimentos de produtos/ serviços/inovação alusivos ao tema", explica a organização em comunicado de imprensa.

A Secção Regional do Norte, considerando a importância do reconhecimento das qualificações profissionais dos seus membros, promoveu em três fins de semana consecutivos a cerimónia de entrega de diplomas a mais de 50 Engenheiros Técnicos Especialistas e 120 Engenheiros Técnicos Seniores.

A Secção Regional do Norte da OET, considerando a importância do reconhecimento das qualificações profissionais dos seus membros, promove em três fins de semana consecutivos a cerimónia de entrega de diplomas a Engenheiros Técnicos Especialistas e Seniores. Estas cerimónias decorreram nos dias 11 e 18 de novembro e contaram com uma grande participação de Engenheiros Técnicos membros da Secção Regional Norte, tendo sido já entregues mais de 50 diplomas de Engenheiros Técnicos Especialistas e 120 de Engenheiros Técnicos Seniores.

No dia 16 de dezembro, a Secção Regional do Sul da OET promoveu a realização de um almoço-debate, em Tomar, subordinado ao tema “A Engenharia no Mundo Atual”, onde também se procedeu à de entrega de alguns diplomas de “Engenheiro Técnico Especialista” e “Engenheiro Técnico Sénior” a membros do distrito de Santarém que não puderam comparecer à cerimónia que decorreu em anteriormente.

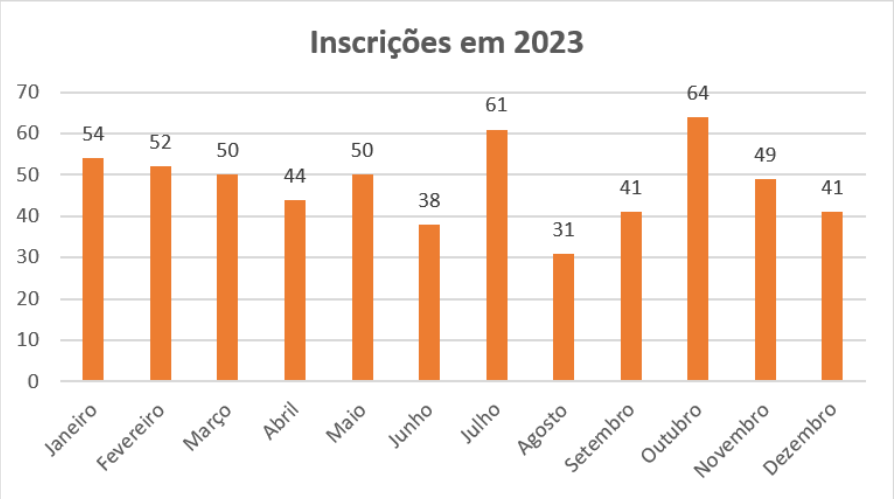
24/10/2023	A Importância do Novo Aeroporto | A Opção Santarém	OET - SR Sul	(vários)	Santarém
09/09/2023	conferência pública "Olhar o mundo a partir dos Açores - Uma visão global com a engenharia ao centro"	OET - SR Açores	(vários) Pedro Brás	Ponta Delgada
13/09/2023	Madeira International WORKSHOP in Machine Learning	OET - SR Madeira	(vários)	Funchal
11/05/2023	Conferência OET - Politécnico da Guarda (Inteligência Artificial)	OET (SR Centro) + IP Guarda	Catarina Cosme	Guarda
22/06/2023	Tertúlia intitulada "O Corpo e a Máquina"	APOGEP/OET - SR Madeira	(vários)	Funchal
13/10/2023	Visita técnica às obras do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL)	CM Lisboa/OET SR Sul	(vários)	Lisboa
21/10/2023	Encontros dos Colégios de Engenharia	OET - SR Centro	(vários)	Aveiro
14/11/2023	Entrega de diplomas	OET - SR Sul	(vários)	Lisboa

2.2. Atividade dos Engenheiros Técnicos

Inscrições na Ordem dos Engenheiros Técnicos

Durante o ano de 2023 inscreveram-se na Ordem dos Engenheiros Técnicos 575 membros, distribuídos pelos meses da seguinte forma:

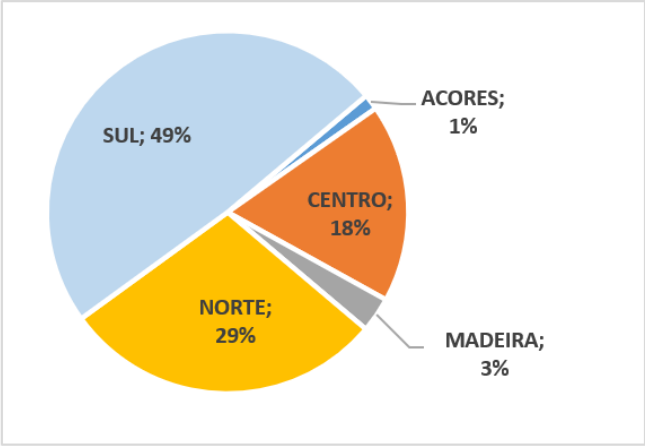
Inscrições em	2023
Janeiro	54
Fevereiro	52
Março	50
Abril	44
Maio	50
Junho	38
Julho	61
Agosto	31
Setembro	41
Outubro	64
Novembro	49
Dezembro	41
Total	575



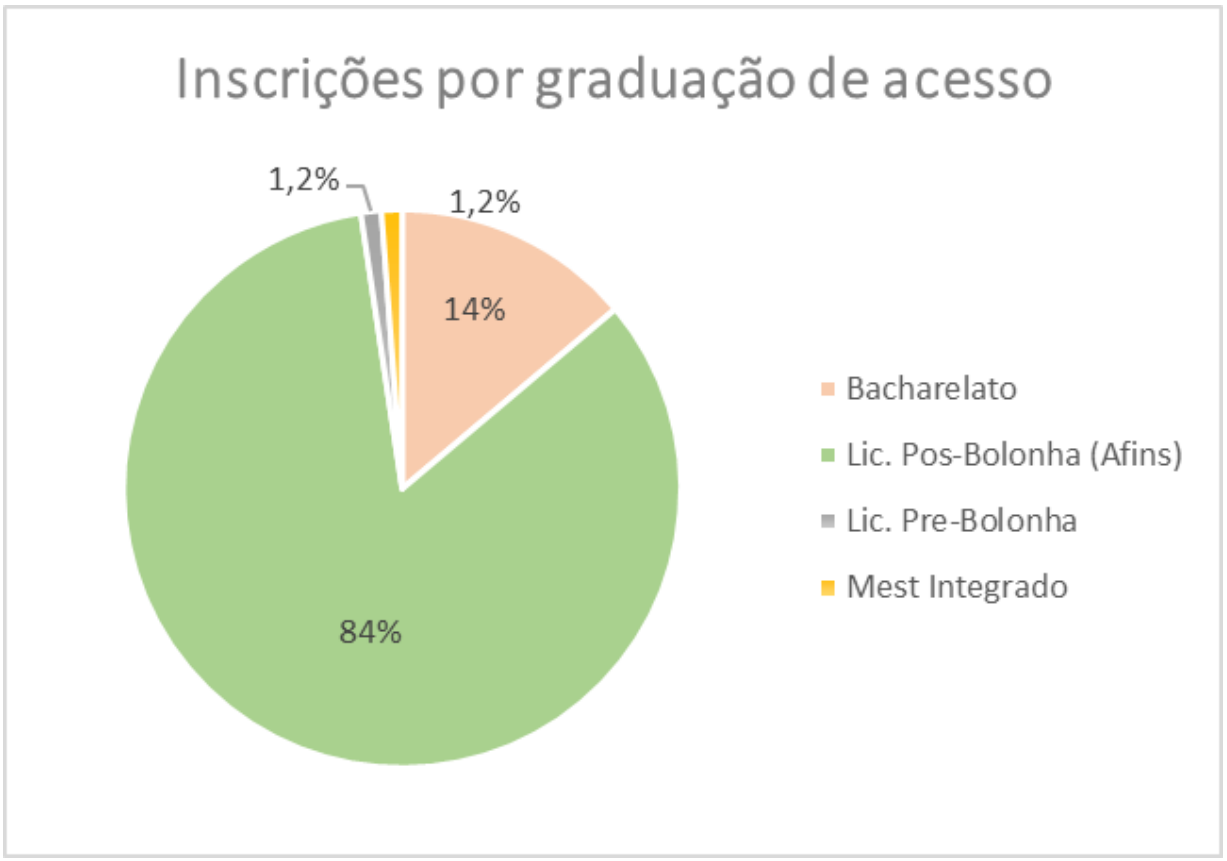
Em termos de distribuição por secções regionais, as inscrições foram distribuídas da forma que se apresenta no quadro seguinte:

Inscrições por região

Secção	Nº	%
ACORES	8	1%
CENTRO	102	18%
MADEIRA	18	3%
NORTE	166	29%
SUL	281	49%
Total	575	



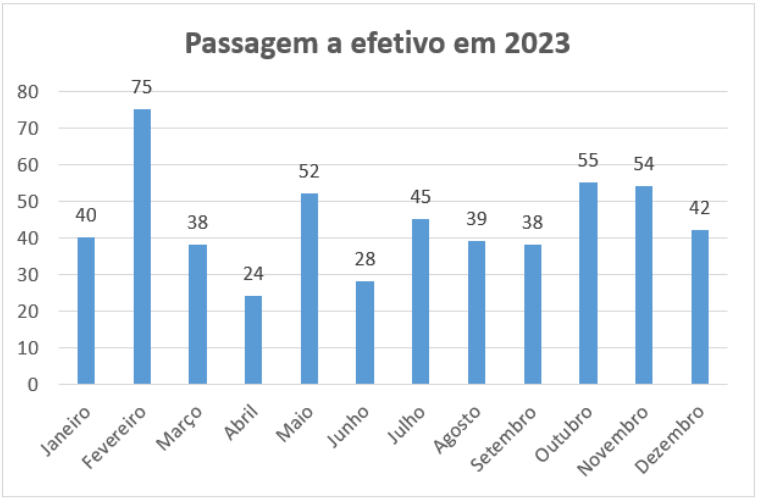
No tocante ao grau académico dos membros que se inscreveram na Ordem dos Engenheiros Técnicos no ano de 2023, concluímos que 97,6% detinham o 1º ciclo do Ensino Superior (bacharelato ou licenciatura pós-Bolonha), e que 2,4% detinham pelo menos o 2º ciclo:



Passagem a membro efetivo

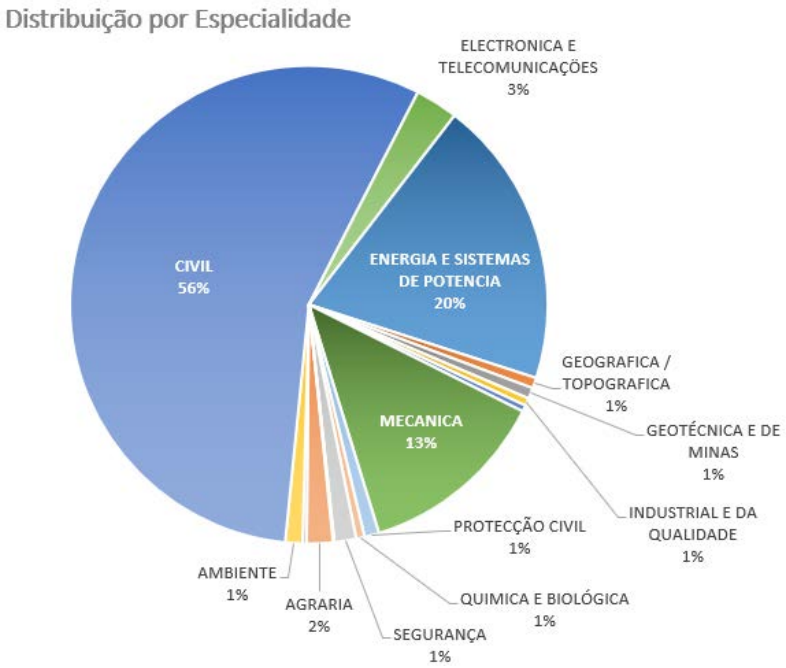
Depois de concluído o processo de inscrição, qualquer que tenha sido a modalidade, transitaram para membro efetivo da Ordem dos Engenheiros Técnicos durante o ano de 2023 um total de 530 membros (o que compara com 472 no ano anterior), distribuídos da seguinte forma ao longo dos meses:

Passagem a efetivo	2023
Janeiro	40
Fevereiro	75
Março	38
Abril	24
Maio	52
Junho	28
Julho	45
Agosto	39
Setembro	38
Outubro	55
Novembro	54
Dezembro	42
Total	530



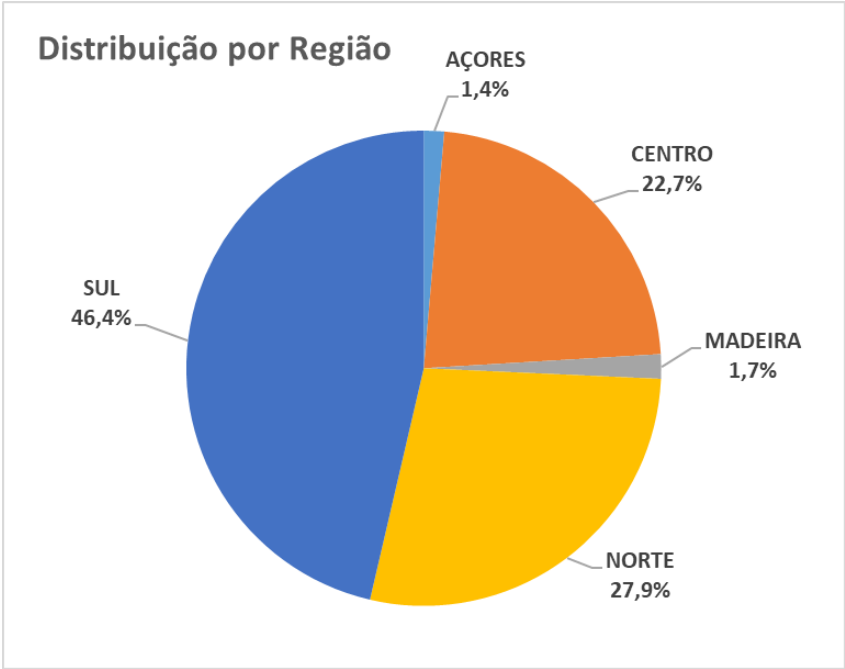
Distribuição de membros por especialidade

Em termos de total de membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos, a distribuição por especialidade, em 31/12/2023, era a seguinte:



Distribuição de membros por região

Organizando por secção regional, em 31/12/2023, os Engenheiros Técnicos distribuíam-se da seguinte forma:



Atividade dos Engenheiros Técnicos em 2023.

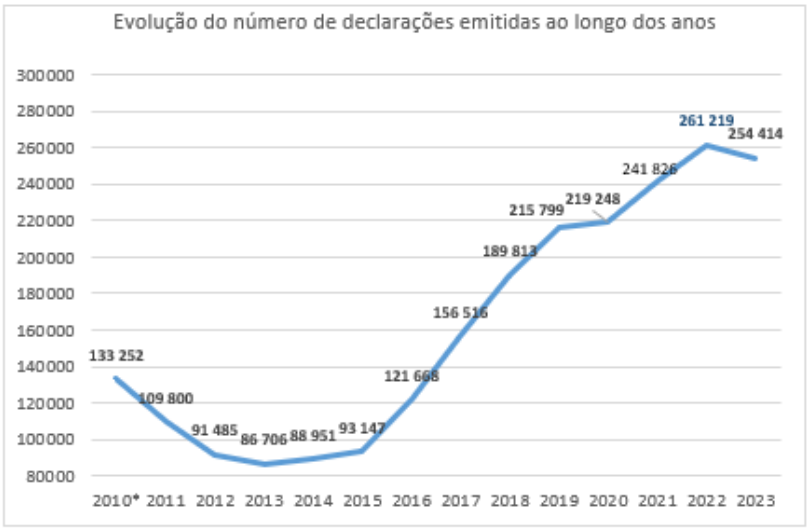
Com base no sistema SEDAP da Ordem dos Engenheiros Técnicos, no qual é centralizado o processo de emissão de todas as declarações que atestam a capacidade para desempenhar Atos Profissionais, conseguimos identificar alguns elementos importantes relacionados com a atividade profissional dos Engenheiros Técnicos.

Embora nem todos os atos de engenharia sejam regulamentados, e não sendo possível praticar atos de engenharia regulamentados sem ser através da emissão de declarações a partir deste sistema, os dados que apresentamos constituem uma amostra do nível de atividade dos Engenheiros Técnicos, designadamente ao nível da comparabilidade (dentro do que é possível comparar).

Como sempre acontece, a Ordem dos Engenheiros Técnicos divulga dados anuais relativos ao exercício da profissão de Engenheiro Técnico. Assim, foram emitidas durante o ano de 2023 um total de 254.414 declarações para o exercício de atos profissionais.

No quadro seguinte apresentamos o total de declarações emitidas entre 2011 e 2023:

Ano	Nº Declarações Emitidas	Δ
2010*	133 252	
2011	109 800	-18%
2012	91 485	-17%
2013	86 706	-5%
2014	88 951	3%
2015	93 147	5%
2016	121 668	31%
2017	156 516	29%
2018	189 813	21%
2019	215 799	14%
2020	219 248	2%
2021	241 826	10%
2022	261 219	8%
2023	254 414	-3%



* Início em maio de 2010 – o nº de declarações de 2010 é uma extrapolação

Podemos inferir dos dados acima apresentados, que os Engenheiros Técnicos praticaram em 2023 menos 3% de atos de engenharia, comparativamente ao ano anterior.

Contata-se assim que este indicador da atividade da denominada "economia produtiva" (onde a nossa classe profissional intervém) estabilizou ou decresceu ligeiramente em 2023 quando comparado com o ano anterior. Ainda assim, nota-se uma estabilidade que é relevante se analisarmos os últimos 5 anos, ainda com tendência positiva:



Por outro lado, estabilizou em 99,8% o valor percentual das declarações emitidas pelos membros, mantendo-se um valor residual de 0,2% de membros que preferem que seja a Secção Regional a emitir a declaração:

Secção Regional	Nº total de Declarações		Emitidas por			
			Membro	%	Secção Regional	%
AÇORES	3 836	0,8%	3 828	99,79%	8	0,21%
CENTRO	68 703	13,5%	68 647	99,92%	56	0,08%
MADEIRA	3 561	0,7%	3 553	99,78%	8	0,22%
NORTE	87 372	17,2%	87 087	99,67%	285	0,33%
SUL	90 942	17,9%	90 804	99,85%	138	0,15%
Total	254 414		253 919	99,81%	495	0,19%

Em termos regionais, um indicador do local onde existe a atividade económica, a distribuição dos atos de engenharia praticados em 2023 o número de declarações emitidas por membro (agrupando por secção regional) foi:

Secção	2023	Nº atos por Membro
AÇORES	3836	10,5
CENTRO	68703	11,5
MADEIRA	3561	8,1
NORTE	87372	11,9
SUL	90942	7,4

Em termos de atos profissionais, foram realizados em 2023 pelos Engenheiros Técnicos os seguintes atos de engenharia:

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 001-Auditoria energética	50
Modelo 002-Planos de racionalização e de relatórios de execução e progresso	11
Modelo 003 - Coordenação Segurança – Obras Engenharia Civil	476
Modelo 004 - Coordenação Segurança – Edifícios	545
Modelo 005 - Plano de Segurança e Saúde	6790
Modelo 007A - Planos de Segurança contra Incêndios em Edifícios	2968
Modelo 010 – Emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspecções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)	4
Modelo 011 – Contratos de empreitada	26
Modelo 014A – Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos	1251
Modelo 014B – Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos em Obras da Cat. II	1090
Modelo 014C – Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos em obras das Cat. III e IV	131
Modelo 016 - Pessoa Competente	516
Modelo 018A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	5898
Modelo 018B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	3834
Modelo 018C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria III (Port.701-H/2008)	473
Modelo 019B - Projecto de condicionamento acústico de edifícios, com características especiais, nomeadamente edifícios de restauração com música ambiente, salas de espectáculos, auditórios, estúdios ou discotecas	13
Modelo 019C - Projecto de condicionamento acústico de edifícios, com características especiais, nomeadamente edifícios de restauração com música ambiente, salas de espectáculos, auditórios, estúdios ou discotecas	3
Modelo 029 - Técnico Qualificado Grupo A	30
Modelo 030 - Infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações – nível civil	932
Modelo 031 - Infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações – nível instalações eléctricas	1775
Modelo 037 - Estagiário - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	65
Modelo 037A - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	4874
Modelo 037S - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	22
Modelo 038 - Projectista de Sistemas Solares Térmicos	43
Modelo 044 - Concursos Públicos (um único acto)	1473
Modelo 045 - Concursos Públicos (validade de 6 meses)	124
Modelo 048 - Exercício da profissão na Europa (versão francês)	18
Modelo 049 - Exercício da profissão na Europa (versão inglês)	25
Modelo 050 - Exercício da profissão – Cabo Verde	18
Modelo 051 - Exercício da profissão na Europa (Português)	386
Modelo 052 - Estag. - Para fins Judiciais	11
Modelo 052A - Para fins Judiciais	275

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 053 - HACCP - Plano de Segurança Alimentar	923
Modelo 054 - Exercício da profissão (Engenharia Mecânica)	205
Modelo 054I - Exercício da profissão (Engenharia Mecânica) -Inglês	9
Modelo 055 - Exercício da profissão (francês) - Engenharia Mecânica	7
Modelo 056 - Exercício da profissão (italiano) - Engenharia Mecânica	1
Modelo 057 - Exercício da profissão – Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência	778
Modelo 058 - Exercício da profissão – Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência (versão francês)	7
Modelo 059 – Exercício da profissão – Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência (versão inglês)	21
Modelo 060 – Exercício da profissão – Especialidade Engenharia Eletrónica e Telecomunicações	42
Modelo 061 – Exercício da profissão – Especialidade Engenharia Civil	1069
Modelo 063 – Técnico Responsável p/determinar o nível de conservação de edifícios	233
Modelo 064 – Exercício da profissão – Especialidade Engenharia Agrária	28
Modelo 065 – Técnico Responsável pelo controlo da qualidade dos géneros alimentícios	1
Modelo 067-Téc.Responsável p/instalação, de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	243
Modelo 070 – Coordenador de Segurança e Saúde no Trabalho em Estaleiros de Construção	3
Modelo 071 – Técnico Responsável pelo Projecto – catividade industrial	180
Modelo 073 – Coordenação de Segurança em Obra	308
Modelo 074 – Projectos de microprodução p/fornecimento de energia elétrica	54
Modelo 078 – Responsável por instalações eléctricas e mecânicas p/apresentar no InCI	2
Modelo 080 – Diretor Responsável pelo Estaleiro	83
Modelo 081 – Revisor de Projectos	61
Modelo 090 – Auditor de sistemas de gestão da qualidade e/ou de gestão ambiental	2
Modelo 094 – Técnicos avaliadores do NRAU	2
Modelo 096 – Execução das estruturas de betão	169
Modelo 103 – Técnico Responsável da entidade (SCIE)	209
Modelo 104 - Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	54
Modelo 107 - Elaboração de estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados de interesse nacional, público ou municipal	2
Modelo 109 – Elaboração de projectos de segurança de ascensores e respetivos componentes de segurança dos mesmos	70
Modelo 110 - Técnico nível 6 Nível de qualificação – Livre Circulação	79
Modelo 114A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios, em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	107
Modelo 114B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios, em obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	384
Modelo 114C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria III e IV (Port.701-H/2008)	209
Modelo 119 - Produção Cartográfica	308
Modelo 131A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	4196
Modelo 131B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	5377

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 131C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria III (Port.701-H/2008)	556
Modelo 132 - Exercício da profissão em Angola	62
Modelo 133 - Exercício da profissão (Brasil)	14
Modelo 135 - Exerc. Prof. Brasil (Civil)	4
Modelo 137 – Mediação imobiliária	17
Modelo 138 - Angariação imobiliária	4
Modelo 139 - TRIESP R.A.AÇORES ACI - Elaboração de projectos, execução e exploração de instalações eléctricas de Nível I	464
Modelo 146A - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 6 de alvará	2867
Modelo 146B - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 8 de alvará	1122
Modelo 146C - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, em obras até à classe 9 de alvará, com projeto de estruturas classificado na categoria IV ou edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção	6
Modelo 147A - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	125
Modelo 147B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	110
Modelo 148A - Técnico Responsável pela elaboração de subscrição de projectos de especialidade Cat I – Autorização de utilização	136
Modelo 148B - Técnico Responsável pela elaboração de subscrição de projectos de especialidade Cat II – Autorização de utilização	107
Modelo 149 - Licença/Autorização de Utilização	3623
Modelo 150-Processo de constituição da propriedade horizontal	184
Modelo 152-Responsável pela demonstração e cumprimento das exigências, decorrentes da aplicação de Regulamentos Municipais	188
Modelo 153-Exercício da profissão - Outras Especialidades	364
Modelo 157-Exercício da profissão - Alemão - Todas Especialidades	12
Modelo 158-Exercício da profissão - Inglês - Todas Especialidades	54
Modelo 159-Exercício da profissão - Francês - Todas Especialidades	22
Modelo 169-Prestação de serviços de eficiência energética – execução de estudos e/ou projetos respeitantes à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética em edifícios ou equipamentos	1
Modelo 170-Especialista	561
Modelo 171-Sénior	192
Modelo 173-Exercício da profissão - Espanhol - Todas Especialidades	21
Modelo 174-Técnico responsável de empresa de segurança	5
Modelo 177-EMIE-Técnico responsável pela manutenção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes, monta-cargas e plataformas destinadas a movimentar pessoas	50
Modelo 179-Inspetor EIIE – entidade inspetora de instalações de elevação	7
Modelo 181-Isenção de controlo prévio - Comunicação (Engenharia Civil)	23
Modelo 181C-Isenção de controlo prévio - Comunicação (Engenharia Civil)	1
Modelo 202 - Projetos de sistemas de segurança integrada	1
Modelo 204 - Diretor técnico de EIG (Mec/Quim-Biol)	21
Modelo 205 - Diretor técnico de EIG (Restantes especialidades)	19

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 206 - Diretor técnico de EIC (Mec/Quim-Biol)	10
Modelo 207 - Diretor técnico de EIC (Restantes especialidades)	2
Modelo 208 - Inspetor de EIC (Mecânica/Quím-Biol)	12
Modelo 209 - Inspetor de EIC (Outras especialidades)	13
Modelo 210 - Supervisor de Entidade Exploradora de Gás	8
Modelo 211 - Projetista de Gás (Mecânica/Química-biológica)	2680
Modelo 212 - Projectista de gás (Outras especialidades)	7086
Modelo 213 - Projeto e exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustível (Mecânica/Química-Biológica)	142
Modelo 214 - Projeto e exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustível (outras especialidades)	337
Modelo 216 - Exploração de grandes instalações de armazenamento de produtos de petróleo (Mecânica/Química-Biológica)	1
Modelo 219 - Persona competente (Castellano)	3
Modelo 222A - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria I	271
Modelo 222B - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria II	121
Modelo 222C - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria III	73
Modelo 224 - Técnico responsável pela execução de Instalações Elétricas de Serviço Particular	3359
Modelo 225 - Diretor técnico de EIIEL (entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular)	2
Modelo 226 - Inspetor de EIIEL - entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular	10
Modelo 227 - Técnico responsável pelo projeto de instalações elétricas de serviço particular	21962
Modelo 228 - Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de serviço particular	919
Modelo 401A - Coordenador de Projetos (Até classe 4)	3879
Modelo 401B - Coordenador de Projetos (Classe 5 ou superior)	2423
Modelo 402A - Direção de obra de edifícios (até classe 6)	11222
Modelo 402B - Direção de obra de edifícios (até classe 8)	5034
Modelo 402C - Direção de obra de edifícios (até classe 9)	1413
Modelo 402D - Direção de obra de edifícios (classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção)	822
Modelo 402E - Direção de obra de edifícios categoria IV	90
Modelo 403A - Direção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria I e II	847
Modelo 403B - Direção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria III	725
Modelo 403C - Direção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria IV	164
Modelo 403D - Direção nas obras, que não sejam edifícios em imoveis classificados	37
Modelo 404A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 404B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 406A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	13
Modelo 406B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	9
Modelo 406C-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	24

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 407A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	947
Modelo 407B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	107
Modelo 407C-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	6
Modelo 408A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	829
Modelo 408B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	26
Modelo 409A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 410A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	3
Modelo 410B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 411A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	2
Modelo 411B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 413A - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 6 de alvará	4824
Modelo 413B - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 8 de alvará	2472
Modelo 413C - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, em obras até à classe 9 de alvará	889
Modelo 413D - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios em edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção	315
Modelo 413E - Direção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, com projeto de estruturas classificado na categoria IV	34
Modelo 414A - Direção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	343
Modelo 414B - Direção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	772
Modelo 414C - Direção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV	82
Modelo 414D - Direção de fiscalização de obras em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, que não sejam edifícios.	98
Modelo 415B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 416B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 417A - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	3
Modelo 417B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	3
Modelo 417C - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	6
Modelo 417D - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, que não sejam edifícios.	1

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 418A - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	56
Modelo 418B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	46
Modelo 418C - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	5
Modelo 418D - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, que não sejam edifícios.	5
Modelo 419A - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	5
Modelo 419B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	4
Modelo 419C - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	2
Modelo 419D - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, que não sejam edifícios.	1
Modelo 421A - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 421B - Direções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 424A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	1587
Modelo 424B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	1689
Modelo 424C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	1830
Modelo 424D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	155
Modelo 425A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	558
Modelo 425B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	155
Modelo 425C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	35
Modelo 425D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	47
Modelo 426A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	9
Modelo 426C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	4
Modelo 426D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	1
Modelo 427C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	5
Modelo 428A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	57
Modelo 428C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	40
Modelo 429A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	2
Modelo 431C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	2
Modelo 434A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	368
Modelo 434B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	510
Modelo 434C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	243
Modelo 434D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	872
Modelo 434E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	147
Modelo 434F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	325
Modelo 434G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV (grupos específicos).	16
Modelo 435A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	187

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 435C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	506
Modelo 435D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	994
Modelo 435E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	58
Modelo 435G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	51
Modelo 436B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	3
Modelo 436D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	35
Modelo 436F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	2
Modelo 437C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	1
Modelo 438A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	387
Modelo 438B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	54
Modelo 438C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	98
Modelo 438D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	74
Modelo 438E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	57
Modelo 438F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	183
Modelo 439D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	3
Modelo 439F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	1
Modelo 443A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	112
Modelo 443B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	39
Modelo 443C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	8
Modelo 444A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	10
Modelo 445A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	3
Modelo 446A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	46
Modelo 446B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	16
Modelo 446C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	2
Modelo 449A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	18
Modelo 449B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	7
Modelo 449C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	2
Modelo 453A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	16
Modelo 453B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	6
Modelo 453C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	2
Modelo 454A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	12
Modelo 454B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	16

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 454C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 455A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	9
Modelo 455B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	6
Modelo 455C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	3
Modelo 456A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 460A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	16
Modelo 460B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	66
Modelo 460C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	15
Modelo 461A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	57
Modelo 464A - Alvará (civil) Até classe 6 - Obras de 1.ª Categoria	360
Modelo 464B - Alvará (civil) Até classe 8 - Obras de 1.ª Categoria	129
Modelo 464C - Alvará (civil) Até classe 9 - Obras de 1.ª Categoria	36
Modelo 465A - Alvará (Mecânica) Até classe 1 Obras de 1.ª Categoria - Edifícios e património construído - 5ª subcategoria: Estuques, pinturas e outros revestimentos	8
Modelo 465B - Alvará (Mecânica) Até classe 6 Obras de 1.ª Categoria - Edifícios e património construído (outras subcategorias)	24
Modelo 465C - Alvará (Mecânica) Até classe 8 - Obras de 1.ª Categoria	24
Modelo 465D - Alvará (Mecânica) Até classe 9 - Obras de 1.ª Categoria	2
Modelo 466A - Alvará - Obras de 1.ª Categoria (Ambiente)	4
Modelo 467A - Alvará (Civil) até classe 6 - Obras de 2.ª Categoria	190
Modelo 467B - Alvará (Civil) até classe 8 - Obras de 2.ª Categoria	83
Modelo 467C - Alvará (Civil) até classe 9 - Obras de 2.ª Categoria	25
Modelo 468A - Alvará (Mecânica) até classe 4 - Obras de 2.ª Categoria	17
Modelo 469A - Alvará (Ambiente) - Obras de 2.ª Categoria	3
Modelo 470A - Alvará (Agrária) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 6	3
Modelo 470B - Alvará (Agrária) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 8	2
Modelo 471A - Alvará (Geotécnica e Minas) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 3	3
Modelo 472A - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	89
Modelo 472B - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 8	47
Modelo 472C - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 9	21
Modelo 473A - Alvará (Ambiente) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 474A - Alvará (Agrária) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 475A - Alvará (Geotécnica e Minas) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	1
Modelo 476A - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	81
Modelo 476B - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	54
Modelo 476C - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	21
Modelo 477A - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	12

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 477B - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 4	16
Modelo 477C - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	32
Modelo 477D - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	39
Modelo 477E - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	2
Modelo 478A - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	37
Modelo 478B - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	48
Modelo 478C - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	124
Modelo 478D - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	16
Modelo 479A - Alvará (Eletrónica e Telecomunicações) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	8
Modelo 479B - Alvará (Eletrónica e Telecomunicações) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	7
Modelo 480A - Alvará (Engenharia da Segurança) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 481A - Alvará (Engenharia da Proteção Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	1
Modelo 482A - Alvará (Engenharia Química e Biológica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	3
Modelo 482B - Alvará (Engenharia Química e Biológica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	2
Modelo 483A - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	174
Modelo 483B - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	116
Modelo 483C - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 9	43
Modelo 484A - Alvará (Engenharia Mecânica) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	18
Modelo 485A - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 2	3
Modelo 485B - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	3
Modelo 485C - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	2
Modelo 486A - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	1
Modelo 486B - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	4
Modelo 487A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II	11819
Modelo 487B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III	3218
Modelo 489 - Alterações a projetos de arquitetura	522
Modelo 490A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II (inclui Gás)	20915
Modelo 490B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III (Inclui gás)	10327
Modelo 491A - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria I e II	136
Modelo 491B - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria III	82
Modelo 492A - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria I e II	286
Modelo 492B - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria III	188
Modelo 493B - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria II - ITUR	4
Modelo 493C - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria III - ITUR	14
Modelo 494 - Elaboração de Peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios sujeitos a um regime de isenção de procedimento de controlo prévio	64

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 495 - Escolas de Condução - Elaboração de Peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios sujeitos a um regime de isenção de procedimento de controlo prévio	7
Modelo 496A – Perito avaliador (Prop.Urbana - Artº 63º DL287/2003)	64
Modelo 497A – Perito avaliador (Prop.Rústica - Artº 56º DL287/2003)	1
Modelo 498 – Perito e árbitro no âmbito dos procedimentos anteriores à declaração de utilidade pública e no âmbito do processo de expropriação	13
Modelo 499 – Acesso e exercício de atividade de Perito Avaliador de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional (CMVM)	133
Modelo 500 – Perito avaliador de imóveis – Serviço particular	226
Modelo 501 – Destaque de parcela de terreno	182
Modelo 502–Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em edifícios-ITED	20851
Modelo 503–Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjunto de edifícios-ITUR	1843
Modelo 504 – Alvará-Infraestruturas de telecomunicações	18
Modelo 505 – Bolsa de Peritos - Inspeções e peritagens de imóveis	47
Modelo 507 – Técnico de Cadastro Predial	10
Modelo 508 – Declaração global	2545
Modelo 510 – Peritagens Técnicas (seguradoras)	109
Modelo 511 – Elaboração de cálculo de estrutura de andaimes com altura superior a 25m	24
Modelo 512A – Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 6)	439
Modelo 512B – Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 8)	107
Modelo 512C – Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 9)	22
Modelo 513 - Estudos de tráfego	2
Modelo 514 - Projeto de Ocupação da Via Pública	1077
Modelo 515 - Alterações a Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e de Projectos de Operações de Loteamento	129
Modelo 516A - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria I - ITED	464
Modelo 516B - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria II - ITED	476
Modelo 516C - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria III - ITED	66
Modelo 516D - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria IV - ITED	10
Modelo 517 - Representação gráfica georreferenciada	707
Modelo 518 - Configuração Geométrica (retificação de área, com base em representação topográfica-cadastral) para Conservatórias do Registo Predial e Repartições de Finanças	4326
Modelo 519 - Pessoa competente – equipamentos de elevação de cargas	5
Modelo 520 - Representação gráfica georreferenciada e apresentação no Balcão Único do Prédio (BUPi)	267
Modelo 522 - Técnico de cadastro predial (Lei n.º 3/2015)	1
Modelo 523 - Projeto de transformação especial de viaturas de RSU (com e sem grua)	45
Modelo 524 - Planos de Acessibilidades	1002
Modelo 525 - Relatório técnico credenciado (demolições)	5
Modelo 526 - Formação na sua especialidade	211
Modelo 527 - Projetos Engenharia - Licenciamento Municipal (ESP)	898

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 528 - Projetos Engenharia - Licenciamento Municipal + Gás (ESP)	15
Modelo 530 - Relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica	78
Modelo 532 - Projeto de instalação de Equipamentos Sob Pressão e Projeto de reparações e alterações aos Recipientes ou Equipamentos	140
Modelo 533 - Peças Desenhadas	101
Modelo 534 - Levantamentos Topográficos	113
Modelo 535 - Obras de alteração no interior de edifícios ou suas frações que não impliquem modificações na estrutura, cérceas, forma das fachadas e telhados ou coberturas, obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística	76
Modelo 537 - Elaboração de projetos de SCIE e medidas de autoproteção, referentes a edifícios e recintos classificados na 1.º categoria de risco	2543
Modelo 538 - Elaboração de projetos de SCIE e medidas de autoproteção, referentes a edifícios e recintos classificados nas 2.ª, 3ª ou 4ª categorias de risco	1673
Modelo 539A - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. I)	4085
Modelo 539B - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. II)	2456
Modelo 539C - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. III)	1165
Modelo 539D - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. IV)	23
Modelo 540A - Técnico autor do projeto de conforto térmico – obras da categoria I	3826
Modelo 540B - Técnico autor do projeto de conforto térmico – obras da categoria II	583
Modelo 540C - Técnico autor do projeto de conforto térmico – obras da categoria III	462
Modelo 540D - Técnico autor do projeto de conforto térmico – obras da categoria IV	7
Modelo 541 - PQ - I (Perito qualificado)	324
Modelo 542 - PQ - II (Perito qualificado)	109
Modelo 543 - TRM (Técnico responsável pela instalação e manutenção de sistemas técnicos)	8
Modelo 544 - TGE (Técnico de Gestão de Energia)	3
Modelo 547 - Registo Tec Autor SCIE - 2ª Categoria de Risco	263
Modelo 548A - Registo Tec Autor SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	99
Modelo 548E - Registo Tec Autor SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	627
Modelo 548F - Registo Tec Autor SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	1092
Modelo 548N - Registo Tec Autor SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	221
Modelo 549A - Projetos de instalação de equipamentos sob pressão	5
Modelo 549B - Projetos de reparações e alterações aos recipientes ou equipamentos sob pressão	2
Modelo 550 - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	47
Modelo 551 - Pessoa Competente	439
Modelo 553-Declaração protocolo OE Angola	8
Total	**254414**

Destacam-se os 10 atos de engenharia mais praticados em 2023 pelos Engenheiros Técnicos:

Nº Declarações emitidas	Modelo
21962	Modelo 227 - Técnico responsável pelo projeto de instalações elétricas de serviço particular
20915	Modelo 490A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II (inclui Gás)
20851	Modelo 502–Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em edifícios-ITED
11819	Modelo 487A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II
11222	Modelo 402A - Direção de obra de edifícios (até classe 6)
10327	Modelo 490B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III (Inclui gás)
7086	Modelo 212 - Projectista de gás (Outras especialidades)
6790	Modelo 005 - Plano de Segurança e Saúde
5898	Modelo 018A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)
5377	Modelo 131B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria II (Port.701-H/2008)

3. Contas do Conselho Diretivo Nacional

Apresentam-se algumas referências em relação à Demonstração de Resultados e Balanço do Ano de 2023.

O resultado líquido do período em 2023, foi de 71.640,62 €.

Este resultado é inferior ao do ano anterior, no entanto, não deixa de continuar a ser positivo.

Este fato, resulta da política de investimento feita durante o ano, em projetos e em prémios atribuídos a alunos finalistas de engenharia, pelo seu trabalho técnico-científico ou projeto final, relevantes no panorama nacional e/ou internacional, reconhecendo o seu mérito, esforço e dedicação para a promoção da Engenharia tanto a nível nacional como nos países da CPLP

Devemos também ter em conta a inflação média anual de 4,3% em Portugal em 2023. Os quadros abaixo discriminam, no global, o apuramento do Resultado do Período em função dos Rendimentos e Gastos:

3.1. Rendimentos

Em relação aos Rendimentos do Período, verificou-se um decréscimo de 3,02%, em comparação com o ano anterior.

ENTID. S/FINS LUC	DESCRIÇÃO	2022	VARIAÇÃO DE 2023/2022	2023
7211	QUOTIZAÇÕES	1.678.300,20 €	1,76%	1.707.911,20 €
7212	JOIAS	0,00 €		0,00 €
7214/24	EMOLUMENTOS	0,00 €		0,00 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	220.190,94 €	6,63%	234.779,62 €
79	JUROS E OUTROS REND. SIMILARES	13.138,39 €	102,38%	26.589,30 €
	TOTAL DA RECEITA	**1.911.629,53 €**	**3,02%**	**1.969.280,12 €**

TOTAL DE GANHOS EM 2023	**1.969.280,12 €**

3.2. Gastos

Em relação aos Gastos do Período, verificou-se um acréscimo de 10,40%, em relação ao ano anterior.

O aumento verificado nos custos com o pessoal, resulta de compensações atribuídas a todos os funcionários da OET, custo este suportado na totalidade pelo CDN.

O aumento verificado, também em "Outros Gastos e Perdas", é justificado pelos prémios atribuídos a futuros engenheiros técnicos / finalistas já referenciado anteriormente.

No quadro seguinte pode-se ver a comparação dos valores atrás referenciados:

GASTOS

ENTID. PUB S/FINS LUC	DESCRIÇÃO	2022	VARIAÇÃO DE 2023/2022	2023
62	FORN.SERV.EXTERNOS	636.124,43 €	-7,67%	587.309,73 €
63	CUSTOS C/PESSOAL	422.011,30 €	14,60%	483.611,15 €
64	GASTOS DEPREC. E AMORTIZACOES	277.510,58 €	-9,91%	249.998,20 €
65	PERDAS POR IMPARIDADES	81.503,87 €	-70,06%	24.404,49 €
66	PERDAS P/REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	0,00 €	0/0%	0,00 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	253.924,65 €	97,83%	502.333,73 €
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	27.252,53 €	0,07%	27.271,46 €
	TOTAL	**1.698.327,36 €**	10,40%	**1.874.928,76 €**

TOTAL DE PERDAS EM 2023	**1.874.928,76 €**

3.3. Comparação com o Orçamento (CDN)

No quadro seguinte comparam-se os valores orçamentados e realizados para o ano em análise:

RENDIMENTOS	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Variação
Quotas	**1.745.545,20 €**	**1.707.911,20 €**	-2,16%
Estagios-Etica e Deontologia	**9.000,00 €**	**13.000,00 €**	44,44%
Proveitos Suplementares	**203.231,28 €**	**245.433,39 €**	20,77%
TOTAIS	**1.957.776,48 €**	**1.966.344,59 €**	**0,44%**

GASTOS	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Variação
Despesas de Pessoal	**370.000,00 €**	**494.772,55 €**	33,72%
Custos Fixos de Instalação	**90.000,00 €**	**83.140,85 €**	-7,62%
Custos Variav. de Instalação	**200.000,00 €**	**198.342,89 €**	-0,83%
Act Assoc/CNOP/FEANI/FMOI	**45.000,00 €**	**41.444,76 €**	-7,90%
Desp. Represent/Desloc.Estadas	**65.000,00 €**	**68.930,28 €**	6,05%
Informação e Divulgação	**150.000,00 €**	**89.206,51 €**	-40,53%
Congresso	**200.000,00 €**	**165.933,45 €**	-17,03%
Orgãos Nacionais	**75.000,00 €**	**78.882,80 €**	5,18%
Processos Judiciais	**3.750,00 €**	**- €**	-100,00%
Consultoria	**37.500,00 €**	**33.210,00 €**	-11,44%
Conselho da Profissão	**40.000,00 €**	**21.709,07 €**	-45,73%
Transição Digital	**30.000,00 €**	**10.144,52 €**	-66,18%
Prémios/Helder Pita-Ant. Gameiro - Sant'Ana Alves	**60.000,00 €**	**54.279,20 €**	-9,53%
SsOA / CONEST / Outros	**20.000,00 €**	**19.275,00 €**	-3,63%
Projectos	**20.000,00 €**	**20.000,00 €**	0,00%
Cooperação	**40.000,00 €**	**42.070,61 €**	5,18%
AP. Exerc./Seguro Resp. Civil Prof	**75.000,00 €**	**77.323,50 €**	3,10%
Estagios/Etica e Deontologia	**4.000,00 €**	**3.900,00 €**	-2,50%
Fundo de Reserva	**87.277,26 €**	**84.732,97 €**	-2,92%
Serviços Bancários	**35.000,00 €**	**27.266,88 €**	-22,09%
Amortização Edificios	**190.000,00 €**	**192.932,32 €**	1,54%
Beneficiação de Instalações	**30.000,00 €**	**20.289,64 €**	-32,37%
Amort.Act. Fixos Tangiveis	**87.750,00 €**	**42.681,79 €**	-51,36%
Outras despesas	**2.499,22 €**	**1.523,64 €**	-39,04%
TOTAIS	**1.957.776,48 €**	**1.871.993,23 €**	**-4,38%**

RESULTADO DO PERIODO ANTES DE IMPOSTOS	***94.351,36 €***

3.4. Situação Económica e Financeira

O Conselho Diretivo Nacional fechou o ano de 2023 com um valor global de Rendimentos de 1.969.280,12 €, sendo da sua atividade principal 1.707.911,20 € (cobrança de quotas) e um total de Gastos de 1.871.993,23 €.

Mesmo com todo investimento ocorrido no ano em análise, manteve-se um Resultado Líquido positivo. Na sua atividade principal da OET – emissão de quotas, também se verificou um acréscimo de 1,76 % em relação ao ano anterior.

O Resultado positivo do período é de 71.640,62 €, depois da estimativa para Impostos (22.710,74 €).

Analisando os indicadores financeiros do período de 2022/2023, através do quadro dos rácios estruturais abaixo indicados, verifica-se que os valores dos rácios financeiros continuam todos positivos, no entanto os rácios económicos devido à variação significativa do resultado do exercício, sofreram uma variação que não põe em causa a solidez das contas do CDN.

Na Solvabilidade verificou-se um aumento significativo, passando de 2,5% em 2022 para 16,6% em 2023, que representa bem a solidez do CDN. Também na Autonomia Financeira, verificou-se um acréscimo, passado de 0,3% em 2022 para 1,6% em 2023, consequência de continuar a não existir qualquer empréstimo financeiro, nem as próprias amortizações terem qualquer significado na solidez económica do CDN.

MAPA DE INDICADORES

RÁCIOS	FÓRMULAS	2022	2023	Variação
Rácios Financeiros				
Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigível	7,86	9,16	16,6%
Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total x 100	0,89	0,90	1,6%
Capacid de endividamento	Capitais próprios / capitais Permanentes	0,95	0,96	1,2%
Liquidez geral	Activo circulante / Débitos c/p	5,81	6,28	8,1%
Cobertura dos Investimentos	Capitais permanentes / Investimento Líquido	1,53	1,54	1,1%
Rácios económicos				
Rendibilidade activo total	(Result líquido + Enc financ) / Activo líquido x 100	1,9%	0,5%	-74,0%
Rendibil fundos próprios	Resultado líquido / Capitais Próprios x 100	2,5%	0,9%	-64,4%
Rendibilidade prest serv	Resultado líquido / Vendas x 100	11,7%	4,2%	-64,3%
Cash-flow bruto/ Vendas	(Result líquido + deprec + provis) / Prest.serv	33,0%	4,2%	-87,3%
Outros				
Autofinanciamento bruto	Resultado líquido + depreciações + imparidades	556.369	346.043	-37,8%
Meios libertos totais	Autofinanciamento bruto + encargos financeiros	556.405	346.043	-37,8%

Todas as Secções Regionais e o CDN têm as suas Sedes em Edificios próprios, não existindo qualquer divida bancária sobre os mesmos. Constituem o Patrimonio Predial da OET conforme se pode verificar pelo mapa abaixo:

504923218 Nº Prédios 13 Valor Património 3 584 120,57 €

Identificação do Prédio	Parte	Ano Inscr Matriz	Valor Inicial / Valor	
060334-U-1826	1/1	1989	10 239,67 €	606 283,10 €
110665-U-1967-LJDTA	1/1	2007	347 160,00 €	382 311,89 €
110665-U-1967-LJESQ	1/1	2007	593 580,00 €	653 683,30 €
110665-U-1967-1ºDTO	1/1	2007	251 300,00 €	276 745,54 €
110665-U-1967-1ºESQ	1/1	2007	149 670,00 €	164 824,92 €
110665-U-1967-2ºDTO	1/1	2007	239 470,00 €	263 717,68 €
110665-U-1967-2ºESQ	1/1	2007	146 190,00 €	160 992,56 €
110665-U-1967-3ºDTO	1/1	2007	275 840,00 €	303 770,35 €
110665-U-1967-3ºESQ	1/1	2007	177 840,00 €	195 847,29 €
131210-U-8546	1/1	1965	1 140,93 €	226 001,52 €
190114-U-2383-A	1/1	2014	90 150,00 €	92 872,53 €
210316-U-126	1/1	1937	721,64 €	148 060,59 €
220308-U-223	1/1	1937	1 738,21 €	109 009,30 €

3.5. Balanço a 31/12/2023 (CDN)

Entidade: - OET - CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

BALANÇO (individual ou consolidado) EM 31-12-2023

Unidade monetária: (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5.294.560,50	5.306.176,41
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis		22.482,19	23.416,25
Ativos biológicos		-	-
Outros investimentos financeiros		73.399,69	73.305,31
		5.390.442,38	**5.402.897,97**
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Estado e outros entes públicos		27.039,04	27.117,18
Outros créditos a receber		1.332.049,98	1.299.371,23
Diferimentos		80.683,57	92.749,80
Caixa e depósitos bancários		2.035.957,64	2.011.748,89
		3.475.730,23	**3.430.987,10**
Total do ativo		**8.866.172,61**	**8.833.885,07**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		5.633.487,84	5.436.133,63
Outras reservas		1.815.184,61	1.730.451,64
Resultados transitados		567.221,81	567.221,81
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		(94.305,19)	(94.812,56)
Resultado líquido do período		71.640,62	197.354,21
Total do capital próprio		**7.993.229,69**	**7.836.348,73**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		319.127,84	406.793,34
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar			
		319.127,84	**406.793,34**
Passivo corrente			
Fornecedores		3.890,49	42.004,85
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos		34.040,74	46.671,62
Fornecedores de investimento			
Outras dívidas a pagar		515.883,85	502.066,53
Diferimentos		-	-
		553.815,08	**590.743,00**
Total do passivo		**872.942,92**	**997.536,34**
Total do capital próprio e do passivo		**8.866.172,61**	**8.833.885,07**

O Contabilista Certificado
Sílvia Gonçalves (CC n.º 6555)

A Ordem dos Engenheiros Técnicos

3.6. Demonstração de Resultados (CDN)

Entidade: - OET - CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2023 — Unidade monetária: (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados		1.711.659,40	1.684.056,10
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(184.865,22)	(45.632,13)
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		(587.309,73)	(636.124,43)
Gastos com o pessoal		(483.611,15)	(422.011,30)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(24.404,49)	(81.503,87)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		219.368,92	192.325,15
Outros gastos		(306.422,47)	(193.541,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**344.415,26**	**497.567,99**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(249.998,20)	(277.510,58)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**94.417,06**	**220.057,41**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(65,70)	(3,52)
Resultado antes de impostos		**94.351,36**	**220.053,89**
Imposto sobre o rendimento do período		(22.710,74)	(22.699,68)
Resultado líquido do período		**71.640,62**	**197.354,21**

O Contabilista Certificado — A Ordem dos Engenheiros Técnicos
Sílvia Gonçalves (CC n.º 6555)

3.7. Certificação Legal de Contas (CDN)

ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OET – CONSELHO DIRETIVO NACIONAL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 8 866 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 7 993 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 72 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2024

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda
representada por

Carlos António Rosa Lopes
(ROC nº 645 – CMCM nº 20160289)

3/3

4. Contas Consolidadas

4.1. Introdução

O exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi caracterizado pela continuação do esforço desenvolvido para que a atividade da Ordem seja assegurada com qualidade mantendo os resultados positivos. De igual modo, foram realizadas todas as ações a que nos propusemos, conforme descrito anteriormente.

Assim, as contas apresentadas refletem a operação da Ordem dos Engenheiros Técnicos, que é resultado da adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e o alargamento do controlo interno apropriado.

4.2. Resultados Nacionais consolidados

Em termos nacionais consolidados, agregando informação de todos os relatórios e contas das Secções Regionais e do Conselho Diretivo Nacional (CDN), chegamos aos seguintes números:

OET - ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

CONTAS CONSOLIDADAS DA OET - 2023

	AÇORES	CENTRO	MADEIRA	NORTE	SUL	CDN	OET
RENDIMENTOS							
QUOTAS	107.730,00 €	215.460,00 €	107.730,00 €	215.460,00 €	215.460,00 €	1.707.911,20 €	2.569.751,20 €
JOIAS	1.700,00 €	21.875,00 €	557,00 €	20.921,05 €	33.950,00 €		79.003,05 €
ETICA E DEONTOLOGIA						13.000,00 €	13.000,00 €
PROVEITOS SUPLEMENTARES	36.007,44 €	39.306,95 €	42.970,24 €	41.514,84 €	68.199,57 €	245.433,39 €	473.432,43 €
EMOLUMENTOS	28,00 €	589,90 €		9.222,50 €	1.631,50 €		11.471,90 €
TOTAL	**145.465,44 €**	**277.231,85 €**	**151.257,24 €**	**287.118,39 €**	**319.241,07 €**	**1.966.344,59 €**	**3.146.658,58 €**
GASTOS							
PESSOAL	63.442,06 €	116.515,31 €	49.802,87 €	137.250,16 €	137.948,07 €	494.772,55 €	999.731,02 €
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	25.886,54 €	32.825,16 €	10.669,31 €	47.197,32 €	29.450,03 €	83.140,85 €	229.169,21 €
CUSTOS VARIAV. DE INSTALAÇÃO	18.862,44 €	49.748,34 €	11.959,02 €	33.252,84 €	15.016,04 €	198.342,89 €	327.181,57 €
ACTIVIDADE ASSOCIATIVA						41.444,76 €	41.444,76 €
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	40.780,33 €	57.147,37 €	46.744,90 €	57.266,43 €	105.448,96 €	68.930,28 €	376.318,27 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	4.809,82 €	533,82 €	15.548,36 €	6.848,41 €	7.192,45 €	89.206,51 €	124.139,37 €
CONGRESSO						165.933,45 €	165.933,45 €
ORGAOS REGIONAIS		5.437,56 €	14.137,88 €		13.997,08 €		33.572,52 €
ORGÃOS NACIONAIS						78.882,80 €	78.882,80 €
PROCESSOS JUDICIAIS						- €	- €
CONSULTORIA						33.210,00 €	33.210,00 €
ELEIÇÕES						- €	- €
CONSELHO DA PROFISSÃO						21.709,07 €	21.709,07 €
TRANSIÇÃO DIGITAL						10.144,52 €	10.144,52 €
PEREMIOS/Helder Pita- Ant. Gameiro - Sant'Ana Alves						54.279,20 €	54.279,20 €
ALENGSST/SsOA /CONEST / OUTROS						19.275,00 €	19.275,00 €
PROJECTOS						20.000,00 €	20.000,00 €
COOPERAÇÃO						42.070,61 €	42.070,61 €
SEGURO RESP.CIVIL PROFISSIONAL						77.323,50 €	77.323,50 €
ETICA E DEONTOLOGIA						3.900,00 €	3.900,00 €
FUNDO RESERVA						84.732,97 €	84.732,97 €
SERVIÇOS BANCÁRIOS	378,41 €	132,90 €	170,66 €	38,92 €	1.078,67 €	27.266,88 €	29.066,44 €
OUTRAS DESPESAS	325,94 €	251,80 €		18,59 €	148,59 €	1.523,64 €	2.268,56 €
AMORTIZAÇÕES EDIFICIOS						192.932,32 €	192.932,32 €
BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES						20.289,64 €	20.289,64 €
IMOBILIZADO							- €
AMORTIZAÇÕES ATIVOS F TANGIVEIS	9.609,21 €	10.357,98 €	2.516,48 €	8.322,26 €	4.345,42 €	42.681,79 €	77.833,14 €
							- €
	164.094,75 €	**272.950,24 €**	**151.549,48 €**	**290.194,93 €**	**314.625,31 €**	**1.871.993,23 €**	**3.065.407,94 €**
RES. LIQUID ANTES IMPOSTOS	**- 18.629,31 €**	**4.281,61 €**	**- 292,24 €**	**- 3.076,54 €**	**4.615,76 €**	**94.351,36 €**	**81.250,64 €**

Contas consolidadas Ordem dos Engenheiros Técnicos - 2023

4.3. Demonstrações Financeiras

4.3.1. Balanço a 31/12/2023 (consolidado)

Entidade: - OET - ORDEM ENGENHEIROS TECNICOS

BALANÇO - Consolidado - EM 31-12-2023

Unidade monetária: (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31-12-2023	DATAS 31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5.545.475,31	5.440.539,21
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis		23.153,98	24.115,29
Ativos biológicos		-	-
Outros investimentos financeiros		73.399,69	73.305,31
Créditos a receber		-	-
		5.642.028,98	**5.537.959,81**
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Clientes		-	-
Estado e outros entes públicos		27.098,51	27.641,00
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber		1.382.205,05	1.280.578,00
Diferimentos		82.300,65	94.938,92
Caixa e depósitos bancários		2.350.188,49	2.509.674,11
		3.841.792,70	**3.912.832,03**
Total do ativo		**9.483.821,68**	**9.450.791,84**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		5.633.487,84	5.436.133,63
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reservas legais		1.815.184,54	1.730.451,00
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		1.376.487,22	1.507.299,41
Excedentes de revalorização		-	-
Resultado líquido do período		58.539,90	70.483,02
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		**8.883.699,50**	**8.744.367,06**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		319.127,84	406.793,34
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar			
		319.127,84	**406.793,34**
Passivo corrente			
Fornecedores		17.172,58	51.827,85
Estado e outros entes públicos		46.460,67	74.602,06
Financiamentos obtidos		2.050,00	1.226,00
Fornecedores de investimento		-	-
Outras dívidas a pagar		215.311,09	171.975,53
Diferimentos		-	-
		280.994,34	**299.631,44**
Total do passivo		**600.122,18**	**706.424,78**
Total do capital próprio e do passivo		**9.483.821,68**	**9.450.791,84**
		0,00	**0,00**

O Contabilista Certificado
Sílvia Gonçalves (CC n.º 6555)

A Ordem dos Engenheiros Técnicos

4.3.2. Demonstração de Resultados a 31/12/2023 (consolidada)

Entidade: - OET - ORDEM ENGENHEIROS TECNICOS

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2023 — Unidade monetária: (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados		2.664.014,35	2.646.139,60
Subsídios à exploração		226.239,70	27.450,87
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(226.865,22)	(87.632,13)
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		(1.153.779,41)	(1.251.232,80)
Gastos com o pessoal		(1.022.142,14)	(895.019,96)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(24.404,49)	(81.503,87)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		221.087,69	260.076,95
Outros gastos		(317.684,55)	(206.490,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**366.465,93**	**411.787,77**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(285.149,55)	(318.589,08)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**81.316,38**	**93.198,69**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(65,70)	(15,95)
Resultado antes de impostos		**81.250,68**	**93.182,74**
Imposto sobre o rendimento do período		(22.710,74)	(22.699,68)
Resultado líquido do período		**58.539,94**	**70.483,06**

O Contabilista Certificado
Sílvia Gonçalves (CC n.º 6555)

A Ordem dos Engenheiros Técnicos

4.4. Comparação com o Orçamentado (consolidado)

Se analisarmos o quadro seguinte verificamos em 2023 uma execução acima do orçamentado nos rendimentos de (7,26 %) e nos gastos de (4,49%). O aumento verificado nos gastos teve como consequência o forte investimento feito em projetos e em prémios atribuídos a alunos finalistas de engenharia pelo seu trabalho técnico-científico para a promoção da Engenharia tanto a nível nacional como nos países da CPLP.

CONTAS CONSOLIDADAS DA OET - 2023

	ORÇAMENTADO	REALIZADO
RENDIMENTOS		
QUOTAS	2.607.385,20 €	2.569.751,20 €
JOIAS	99.600,00 €	79.003,05 €
ETICA E DEONTOLOGIA	9.000,00 €	13.000,00 €
PROVEITOS SUPLEMENTARES	211.711,28 €	473.432,43 €
EMOLUMENTOS	5.990,00 €	11.471,90 €
TOTAL	**2.933.686,48 €**	**3.146.658,58 €**
GASTOS		
PESSOAL	839.775,18 €	999.731,02 €
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	168.631,65 €	229.169,21 €
CUSTOS VARIAV. DE INSTALAÇÃO	342.436,05 €	327.181,57 €
ACT. ASSOC./ CNOP / FEANI /FMOI	48.850,00 €	41.444,76 €
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	186.926,46 €	376.318,27 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	195.642,04 €	124.139,37 €
CONGRESSO	200.000,00 €	165.933,45 €
ORGAOS REGIONAIS	59.845,12 €	33.572,52 €
ORGÃOS NACIONAIS	75.000,00 €	78.882,80 €
PROCESSOS JUDICIAIS	3.750,00 €	- €
CONSULTORIA	37.500,00 €	33.210,00 €
CONSELHO DA PROFISSÃO	40.000,00 €	21.709,07 €
TRANSIÇÃO DIGITAL	39.360,00 €	10.144,52 €
PRÉMIOS/HELDER PITA - ANT GAMEIRO - SANT'ANA ALVES	60.000,00 €	54.279,20 €
ALENGSST/SsOA / CONEST / OUTROS	20.000,00 €	19.275,00 €
PROJECTOS	20.000,00 €	20.000,00 €
COOPERAÇÃO	40.000,00 €	42.070,61 €
SEGURO RESP.CIVIL PROFISSIONAL	75.000,00 €	77.323,50 €
ETICA E DEONTOLOGIA	4.000,00 €	3.900,00 €
FUNDO RESERVA	87.277,26 €	84.732,97 €
SERVIÇOS BANCÁRIOS	37.357,77 €	29.066,44 €
OUTRAS DESPESAS	4.884,95 €	2.268,56 €
AMORTIZ. INSTALAÇÕES	190.000,00 €	192.932,32 €
BENEFICIAÇÃO INSTALAÇÕES	30.000,00 €	20.289,64 €
IMOBILIZADO	12.200,00 €	
AMORTIZ. AT.FIXOS TANGIVEIS	115.250,00 €	77.833,14 €
Total	**2.933.686,48 €**	**3.065.407,94 €**

RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS ***81.250,64 €***

4.5. Análise dos Resultados

Na linha de gestão dos anos anteriores, deu-se prioridade aos investimentos feitos em projetos e promoção na imagem da Engenharia tanto a nível nacional como nos países da CPLP, com uma gestão sóbria e cuidada na contenção de custos.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 verificam-se as seguintes situações (elementos provenientes da Demonstração de Resultados:

a) Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) são positivos em 366.465,93 €
b) O resultado operacional antes de financiamento e impostos é positivo em cerca de 81.316,38 €.
c) O resultado antes de impostos é positivo em 81.250,64 €.
d) O resultado líquido do exercício é positivo no montante de 58.539,90 €.

Analisando os indicadores financeiros do período de 2022/2023, através do quadro dos rácios estruturais abaixo indicados, verifica-se a continuidade de uma solidez nas contas da OET, que refletem a consolidação dos resultados em função da sua atividade principal, conforme se comprova pelos rácios financeiros que não apresentam uma variação significativa, independentemente no resultado do exercício.

MAPA DE INDICADORES

RÁCIOS	FÓRMULAS	2022	2023	Variação
Rácios Financeiros				
Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigivel	11,99	14,80	19,6%
Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total x 100	0,92	0,94	1,2%
Capac de endividam	Capitais próprios / capitais Permanentes	0,96	0,97	1,0%
Liquidez geral	Activo circulante / Débitos c/p	13,06	13.67	4,7%
Cobertura dos Invest	Capitais permanentes / Investim Líquido	1,65	1,63	-1,3%
Rácios económicos				
Rendib activo total	(Result líquido + Encs financ) / Activo líquido	0,5%	0,3%	-28,0%
Rendib fundos próprios	Resultado líquido / Capitais Próprios	0,8%	0,7%	-18,2%
Rendib prest serv	Resultado líquido / Prest serviços x 100	2,7%	2,2%	-17,5%
Cash-flow / Vendas	(Result líquido+deprec+provisões) / Prest.serv	17,8%	13,8%	-22,3%
Outros				
Autofinanc bruto	Result líq+deprec+impar+red justo valor+prov	470.576	368.094	-21,8%
Meios libertos totais	Autofinanc bruto + encargos financeiros	470.624	368.094	-21,8%

Nestes termos, propõe-se à Assembleia Representativa Nacional a aprovação das Contas Consolidadas referente ao exercício de 2023 e a transferência do resultado líquido de 58.539,90€ para a conta de Resultados Transitados.

4.6. Certificação Legal de Contas

ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9 484 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 8 884 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 59 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

2/3

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2024

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda
representada por

Carlos António Rosa Lopes
(ROC nº 645 – CMCM nº 20160289)

3/3

4.7. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício 2023

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

- Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2023……5
- Demonstração dos Resultados Consolidado em 31 de Dezembro de 2023……6
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de Dezembro de 2023……7
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado em 31 de Dezembro de 2023……8
- Anexo

1. Nota introdutória 9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 9
3. Principais políticas contabilísticas 10
4. Ativos fixos tangíveis 13
5. Ativos intangíveis 14
6. Investimentos financeiros 14
7. Créditos a receber 15
8. Estado e outros entes públicos 15
9. Diferimentos 16
10. Outros ativos correntes 16
11. Caixa e depósitos bancários 16
12. Fundos patrimoniais 16

Os fundos patrimoniais tiveram a seguinte evolução 16

13. Reservas 16
14. Resultados transitados 17
15. Provisões 17
16. Financiamentos obtidos 17
17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes 18
18. Fornecedores 18
19. Vendas e serviços prestados 19
20. Fornecimentos e serviços externos 19
21. Gastos com o pessoal 19
22. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) 19
23. Outros rendimentos 20
24. Outros gastos 20
25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização 20
26. Resultados financeiros 21
27. Outras informações 21
28. Eventos subsequentes 21
29. Informações exigidas por diplomas legais 21

Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2023	31.Dez.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixos tangíveis	4	5 545 475	5 440 539
Ativo intangíveis	5	23 154	24 115
Investimentos financeiros	6	73 400	73 305
Total dos Ativos Não Correntes		5 642 029	5 537 960
Activo corrente			
Créditos a receber	7	1 382 205	1 280 578
Estado e outros entes públicos	8	27 098	27 641
Diferimentos	9	82 301	94 939
Outros Ativos correntes	10		
Caixa e depósitos bancários	11	2 350 188	2 509 674
Total dos Ativos Correntes		3 841 793	3 912 832
		9 483 822	9 450 792
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	5 633 488	5 436 134
Reservas	13	1 815 185	1 730 452
Resultados transitados	14	1 376 487	1 507 299
Resultado líquido do período		58 540	70 483
Total dos fundos patrimoniais		8 883 699	8 744 367
Passivo não corrente			
Provisões	15	319 128	406 793
Financiamentos obtidos	16		
Total dos Passivos Não Correntes		319 128	406 793
Passivo corrente			
Fornecedores	18	17 172	51 828
Estado e outros entes públicos	8	46 461	74 602
Financiamentos obtidos	16	2 050	1 226
Fornecedores de investimento		0	0
Outras dívidas a pagar	17	215 311	171 975
Total dos Passivos Correntes		280 995	299 632
Total do Passivo		600 123	706 425
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		9 483 822	9 450 792

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Demonstração dos Resultados Consolidados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31DEZ2023	31DEZ2022
Vendas e serviços prestados	19	2.664.014	2.646.140
Subsídios, doações e legados à exploração	20	226.240	27.451
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntoa		- 226.865	- 87.632
Fornecimentos e serviços externos	20	- 1.153.779	- 1.251.233
Gastos com o pessoal	21	- 1.022.142	- 895.020
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	- 24.404	- 81.504
Provisões (aumentos/reduções)	15		
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	23	221.088	260.077
Outros gastos	24	- 317.685	- 206.491
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		366.466	411.788
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	- 285.150	- 318.589
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		81.316	93.199
Juros e rendimentos similares obtidos	28	-	,
Juros e gastos similares suportados	28	- 66	- 16
Resultado antes de impostos		81.251	93.183
Imposto sobre o rendimento do período	8	- 22.711	- 22.700
Resultado líquido do período		58.540	70.483

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

-

OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercicio findo a 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	31.Dez.23	31.Dez.22
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de membros	2 664 014	2 646 140
Pagamentos a fornecedores	(1 192 946)	(1 215 586)
Pagamentos ao pessoal	(1 022 142)	(895 020)
Caixa gerada pelas operações	448 926	535 533
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(22 624)	(23 123)
Outros recebimentos/pagamentos	(527 406)	157 573
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	(101 104)	669 984
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(58 494)	(155 636)
Ativos intangiveis	-	,
Propriedades de investimento	-	,
Outros Ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	26 600	13 426
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	(31 895)	(142 210)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	(7 595)
Juros e gastos similares	(27 310)	(27 265)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	(27 310)	(34 860)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(160 309)	492 914
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 508 448	2 105 768
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 348 138	2 508 448

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais Consolidados findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

			Reconciliação dos fundos patrimoniais					
			Fundos	**Reservas**	**Resultados transitados**	**Ajustamentos / Outras variações nos fundos próprios**	**Resultado líquido do período**	**Total dos fundos próprios**
Posição no Início do Período 2023	1	**Notas**	5 436 134	1 730 451	1 507 299	-	70 483	8 744 367
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			197 354	84 733	70 483	-	(70 483)	282 087
	2		197 354	84 733	(130 812)	-	(70 483)	282 087
Resultado Líquido do Período	***3***						58 540	-
Resultado Integral	***4 = 2 + 3***						(11 943)	282 087
Operações com detentores dos fundos próprios								
Realizações de fundos			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2023	***6 = 1 + 2 + 3 + 5***		5 633 488	1 815 184	1 376 487	-	58 540	8 883 699

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais Consolidados findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

			Reconciliação dos fundos patrimoniais					
			Fundos	**Reservas**	**Resultados transitados**	**Ajustamentos / Outras variações nos fundos próprios**	**Resultado líquido do período**	**Total dos fundos próprios**
Posição no Início do Período 2022	1	**Notas**	4 718 597	1 647 082	1 456 528	-	768 308	8 590 516
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			717 537	83 369	50 771	-	(768 308)	83 369
	2		717 537	83 369	50 771	-	(768 308)	83 369
Resultado Líquido do Período	***3***						70 483	-
Resultado Integral	***4 = 2 + 3***						(697 825)	83 369
Operações com detentores dos fundos próprios								
Realizações de fundos			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2022	***6 = 1 + 2 + 3 + 5***		5 436 134	1 730 451	1 507 299	-	70 483	8 744 367

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A entidade OET é uma Associação de direito público, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro, foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de junho, que redenomina a ANET e produz a primeira alteração ao seu estatuto, anteriormente publicado através do Decreto-Lei n.º 349/99 de 2 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pelo Artigo 1º da Lei nº. 38/99, de 26 de Maio, e nos termos da alínea b) no nº 1 do Artigo 198º da Constituição da República Portuguesa, é a associação pública de natureza profissional que atribui o título e regula o exercício da profissão de engenheiro técnico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2023, as demonstrações financeiras consolidadas da ***OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos*** foram preparadas com pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, e que foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

c) Regime do acréscimo

A Ordem regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista para as ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da OET são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição (o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na condição e localização necessárias para operarem da forma pretendida), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes/linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos, a saber:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3 - 6

3.4. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros são registados na demonstração de resultados do período em que é decidida a sua distribuição.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo com maturidades até três meses, imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.6. Fundos Patrimoniais e Passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

3.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Ordem analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.8. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os custos com empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados no ativo.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal pelo método do custo, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Ordem.

A Ordem reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Ordem baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Ordem cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12. Imposto sobre o Rendimento

A OET é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de IRC de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.13. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

Nota 4 - Activos fixos tangíveis

	31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-23**
Ativos Fixos Tangiveis:						
Terrenos e recursos naturais	1.373.910	-	-	-	-	1.373.910
Edifícios e outras construções	5.412.448	-	-	719.204	-	6.131.652
Equipamento básico	614.632	14.140	-	-	-	628.772
Equipamento de transporte	134.922	75.154	-	(54.637)	-	155.439
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	359.701	1.582	-	-	-	361.283
Outros activos fixos tangíveis	1.087.623		(9.858)	(526.591)	-	551.174
Investimentos em curso	101.927	292.877	-	(194.094)	-	200.710
	9.085.163	383.753	(9.858)	(56.119)	-	9.402.940
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.906.695	207.316	-	458.096	-	2.572.108
Equipamento básico	501.304	39.808	(3.272)	-	-	537.840
Equipamento de transporte	111.956	14.733	(54.637)	-	-	72.051
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	332.475	12.116	-	-	-	344.591
Outros activos fixos tangíveis	792.194	9.518	-	(470.838)	-	330.874
	3.644.624	283.492	(57.909)	(12.742)	-	3.857.465

Nota 4 - Activos fixos tangíveis

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-22**
Ativos Fixos Tangiveis:						
Terrenos e recursos naturais	1.373.910	-	-	-	-	1.373.910
Edifícios e outras construções	5.412.448	-	-	-	-	5.412.448
Equipamento básico	546.161	76.440	(7.969)	-	-	614.632
Equipamento de transporte	134.922	-	-	-	-	134.922
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.475	3.226	-	-	-	359.701
Outros activos fixos tangíveis	1.089.355	-	(1.732)	-	-	1.087.623
Investimentos em curso		101.927	-	-	-	101.927
	8.913.271	181.593	(9.701)	-	-	9.085.163
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.494.117	214.250	-	-	-	1.708.367
Equipamento básico	444.805	23.738	-	-	-	468.543
Equipamento de transporte	82.765	55.712	(41.254)	-	-	97.223
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	302.264	13.975	-	-	-	316.239
Outros activos fixos tangíveis	711.966	33.611	-	-	-	745.577
	3.035.917	341.286	(41.254)	-	-	3.335.949

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2023, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-23
Ativos Intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (ii)	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	55.131	696	-	-	-	55.828
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	55.131	**696**	**-**	**-**	**-**	**55.828**
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	31.016	1.658	-	-	-	32.674
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	31.016	**1.658**	**-**	**-**	**-**	**32.674**

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-22
Ativos Intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (ii)	-	-	-	-	-	-
Software	30.158	24.973	-	-	-	55.131
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	30.158	**24.973**	**-**	**-**	**-**	**55.131**
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	30.158	858	-	-	-	31.016
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	30.158	**858**	**-**	**-**	**-**	**31.016**

6. Investimentos financeiros

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor em Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

A ordem detém uma participação na empresa SPESI sedeada no estrangeiro, que foi incorporada na instituição por via da liquidação da Academia. Refira-se que, no último exercício, a Ordem não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Esta rubrica inclui, também os investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-23			31-dez-22		
	Participações Capital		Empréstimos	Participações Capital		Empréstimos
	MEP	Outro Método		MEP	Outro Método	
Investimentos Noutras Entidades						
Academia dos Engenheiros Técnicos	-	-	-	-		-
	-		-	-		-
SPESI	-	72.000	-	-	72.000	-
	-	72.000	-	-	72.000	-
Outros Investimentos Financeiros						
FCT	-	1.400	-	-	976	-
	-	1.400	-	-	976	-
Perdas por imparidade	-		-	-		-
Investimentos em Curso	-		-	-		-
	-	**73.400**	**-**	**-**	**72.976**	**-**

7. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 as rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	-	**-**	**-**	**-**
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**
Adiantamento Fornecedores				
Outras contas a receber				
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores		-		-
Fornecedores de Investimento		40 650,00		68 850,00
Outros	-	1 234 194	-	1 234 194
	-	**1 274 844**	**-**	**1 303 044**
Total Créditos a Receber	**-**	**1 274 844**	**-**	**1 303 044**
	0-30 dias	**31-60 dias**	**61-60 dias**	**> 90 dias**
Clientes conta corrente	-	-	-	-
Clientes outros	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**

O saldo evidenciado em Outros devedores refere-se sobretudo a quotas por cobrar e a devedores diversos.

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	27.110	27.185
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	27.110	**27.185**
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	22.711	22.700
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	8.807	24.398
Segurança Social	14.499	27.048
Outros impostos e taxas	-	-
	46.017	**74.146**

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	82.301	94.939
	82.301	**94.939**
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	
	-	**-**

10. Outros ativos correntes

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica evidenciava os seguintes saldos:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Depósitos a prazo	-		-	
Instrumentos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-	-
(…)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Caixa	4.213	5.367
Depósitos à ordem	1.301.559	2.009.715
(…)	0	0
Outras	0	0
	1.305.772	**2.015.081**

12. Fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais tiveram a seguinte evolução

	31/12/2022	31/12/2023
Fundos patrimoniais	8 744 368 €	8 883 700 €

13. Reservas

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 evidenciava o saldo de 1 815 185 € resultante da aplicação de 5% das quotas emitidas pelo CDN no ano, de acordo com os estatutos.

	31-Dez-23	31-Dez-22
Saldo inicial	1.730.451	1.647.082
Aumentos	84.734	83.369
Diminuições	-	-
Saldo final	**1.815.185**	**1.730.451**

14. Resultados transitados

A 31 de dezembro de 2023 o saldo desta rubrica apresentava um valor de 1 376 487 €. As variações ocorridas devem-se aos resultados líquidos de 2022 das secções, o restante decorre da aplicação consolidada dos resultados líquidos das restantes secções.

	31-Dez-23	31/dez/22
Saldo inicial	1 507 299	1 456 528
Aumentos	0	50 771
Diminuições	-130 812	-
Saldo final	**1 376 487**	**1 507 299**

15. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi o seguinte:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Saldo a 1 de Janeiro	406.794	418.562
Reforço no período (i)	24.404	81.504
Reduções no período (ii)	-26.052	-12.763
Redução do periodo (iii)	-86.018	-80.509
Utilizações (iv)	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	**319.129**	**406.794**

(a) Comentário sobre os reforços
(b) Comentário sobre as reduções

(i) Este aumento deve-se ao reforço de imparidades de quotas e ao incumprimento das rendas da Superopticas Osuya em 2023, não cumprindo assim com o acordo assinado a 23 de dezembro de 2020 o que ocasionou este acerto;
(ii) A redução diz respeito ao aumento do recebimento de quotas em atraso;
(iii) A redução diz respeito pela anulação das quotas de 2017 de acordo com a Deliberação nr 517/2021 de 19 maio 2021 publicada em D.R.;
(iv) Nada a referir.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	0	0	0	0
Contas caucionadas (ii)	-		-	
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	0	0	0	8 821
Outros empréstimos (vi)	-	-	-	-
	0	**0**	**0**	**8 821**

Em 31 de dezembro de 2023, os planos de reembolso da dívida da Ordem, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Locações	31 de Dezembro de 2023		
	Custo Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor liquido contabilistico
Edifícios e outras construções			-
Equipamento básico			-
Equipamento de transporte	0	0	-
Equipamento administrativo	0	0	-
Outros ativos fixos tangíveis			-
Propriedades de investimento			-
	0	**0**	**0**

Em 31 de Dezembro de 2023, os planos de reembolso da dívida da Ordem, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	0	-	**0**
1 a 2 anos	0	-	**0**
2 a 3 anos	-	-	**-**
3 a 4 anos	-	-	**-**
4 a 5 anos	-	-	**-**
Mais de 5 anos	-	-	**-**
	0	**-**	**0**

17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	-	40 650	-	68 850
Membros/Seções	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	125 281	-	125 591
	-	**165 931**	**-**	**194 441**

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Fornecedores conta corrente	12.661	51.828
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	12.661	**51.828**

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	12.661	-	51.828	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	12.661	**-**	**51.828**	**-**

19. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2023 e de 2022 foram como segue:

	31-Dez-2023			31-Dez-2022		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	2 664 014	-	2 664 014	2 646 140	-	2 646 140
	2 664 014	**-**	**2 664 014**	**2 646 140**	**-**	**2 646 140**

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Subcontratos	110.812	130.441
Serviços especializados	303.584	335.534
Materiais	30.203	27.756
Energia e fluídos	27.714	35.457
Deslocações, estadas e transportes	213.406	220.091
Serviços diversos (*)	373.675	398.187
Despesas de representação	201.464	204.350
Comunicação	76.876	106.973
Seguros	95.335	86.864
Outros	94.385	103.769
	1.153.779	**1.251.233**

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Remunerações dos orgãos sociais	139.371	136.954
Remunerações do pessoal	609.068	548.449
Beneficios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	164.334	144.069
Seguros	27.789	24.452
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	81.579	41.096
	1.022.142	**895.020**

O número médio de empregados da Ordem no exercício de 2023 foi de 26, tendo sido em 2022 de 24, ou seja, existem mais 2 técnicos.

22. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as perdas por imparidade de dividas a receber apresentavam-se como segue:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Perdas	**Reversões**	**Total**	**Perdas**	**Reversões**	**Total**
Em inventários	-	-	-	-	-	-
Em dividas a receber	24.404	-	24.404	81.504	-	81.504
	24.404	**-**	**24.404**	**81.504**	**-**	**81.504**

As imparidades de dívidas a receber constituídas nos exercícios de 2022 e 2023 respeitam a constituição/reforço de imparidades referentes a dívida da "Superotica Osoya"

23. Outros rendimentos

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	31-Dez-23	**31-Dez-22**
Rendimentos suplementares	163.921	239.430
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	1
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Reversões - Perdas Imparidades	-	-
Rendimentos em subsidiárias e associadas	42.000	42.000
Rendimentos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos em inv. não financeiros	25.000	-
Outros rendimentos	5.567	7.219
	236.489	**288.650**

24. Outros gastos

Os outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	31-Dez-23	**31-Dez-22**
Impostos	25.219	24.248
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos em subsidiárias e associadas	268.865	129.632
Gastos nos restantes activos financeiros		
Gastos em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos	265.222	154.994
	559.306	**308.874**

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Gastos	**Reversões**	**Total**	**Gastos**	**Reversões**	**Total**
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	285.150	-	285.150	318.589	-	318.589
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	285.150	**-**	**285.150**	**318.589**	**-**	**318.589**

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2023 e de 2022, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	26.600	13.426
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	26.600	**13.426**
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	(48)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos de financiamento	(27.310)	(27.217)
	(27.310)	**(27.265)**
Resultados financeiros	**(711)**	**(13.839)**

27. Outras informações

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo conselho diretivo e, autorizadas para emissão e submetido à Assembleia Representativa. Foi decidido propor que o resultado líquido de 58 539,90 € seja aplicado em Resultados Transitados

28. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31/12/2023) e a data de autorização para a sua emissão (24/02/2024), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

29. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o conselho diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado **O Conselho Diretivo Nacional**

PARECER
do Conselho Fiscal Nacional relativamente à proposta de Relatório e Contas da OET para o exercício de 2023

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-vos o parecer do Conselho Fiscal Nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos, com o NIF 504 923 218, relativamente ao exercício de 2023.

Assim, em cumprimento do Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal Nacional e no âmbito das competências que lhe são conferidas pelo Estatuto da OET, realizaram-se ao longo de 2023, ações de acompanhamento da gestão financeira desenvolvida pelo Conselho Diretivo Nacional e da execução do plano de atividades e orçamento aprovado em Assembleia Representativa Nacional.

Após a análise da documentação contabilistica apresentada, relativa à demonstração de resultados referentes ao ano económico de 2023, destacam-se os seguintes aspetos:

- Decréscimo dos resultados, que passaram de 70 m.€ em 2022 para 59 m.€ em 2023.
- Reflexo da política de investimento feita durante o ano, em projectos e em prémios atribuídos a alunos finalistas de engenharia pelo seu trabalho técnico-científico ou projecto final, relevantes no panorama nacional e/ou internacional, reconhecendo o seu mérito, esforço e dedicação para a promoção da Engenharia tanto a nível nacional como nos países da CPLP. Também foi feito um investimento nas Seções Regionais para que estas desenvolvessem projectos regionais. Estes investimentos só foram possíveis com o esforço de contenção de despesas e gestão criteriosa dos recursos disponíveis.

  Ao nível da divida da Ótica, foi rescindido o contrato de arrendamento a 31 de dezembro de 2023. Foi realizado um acordo a 9 de janeiro de 2024 para a regularização da divida durante o ano de 2024.
- Ao nível da estrutura patrimonial continua-se a verificar uma estabilidade financeira traduzida na melhoria da situação de tesouraria.

  De salientar que se verificou uma variação positiva de 1,76% na emissão de quotas. No que diz respeito aos gastos verificou-se um aumento de cerca de 10% proveniente do investimento já referido anteriormente.

O Conselho Fiscal Nacional pode constatar que houve uma gestão equilibrada, responsável e adequada à estratégia do desenvolvimento da Ordem em prol da defesa dos Engenheiros Técnicos e na sua implantação a nível Nacional e Internacional.

Mais ainda, cumpre sublinhar a inclusão contabilística no Relatório e Contas da Ordem dos Engenheiros Técnicos do ano de 2023, que está em conformidade com as contas do exercício, proporcionando uma compreensão clara da atividade e da situação económica ou financeira da Ordem, relativas ao exercício a que se reportam e uma boa perspetiva quanto à sua evolução futura.

Deste modo, tendo em conta tudo o que fica exposto e atendendo a que todos os gastos incorridos e todos os rendimentos reconhecidos, apresentam os respetivos e adequados suportes contabilísticos e documentais bem como o exposto nos relatórios e na Certificação Legal das Contas, sem quaisquer reservas ou enfases e não existindo qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal Nacional deliberou, por unanimidade dar o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2023, pela Assembleia Representiva Nacional.

Este parecer teve como suporte o relatório e certificação de contas do Revisor Oficial de Contas, Dr. Carlos António Rosa Lopes, em representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas N.º 116, referente às contas consolidadas de 2023, que fazem parte integrante deste documento.

O Conselho Fiscal Nacional reconhece ainda, por unanimidade, o bom desempenho no controlo e gestão financeira que implementou durante o exercício de 2023.

Considerando a mudança de ciclo que vai ocorrer na OET e a sustentabilidade da nossa Ordem aos dias de hoje, o CFN deixa uma **palavra de reconhecimento e de publico agradecimento** ao trabalho desenvolvido pelo Bastonario Augusto Ferreira Guedes e toda a equipa de apoio.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2024

O Conselho Fical Nacional

Presidente

Carlos Gomes Pereira